

AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AUTOGESTÃO

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo Trabalho: Gisele Silveira Coelho Lopes.

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Autores: Gisele Silveira Coelho Lopes;¹ Patrícia Martins Goulart²; Dimas de Oliveira Estevam³, Joelcy José Sá Lanzarini⁴ Rossandra Oliveira Maciel⁵, Manuela Constante Pereira⁶, Gislaine Ghisi Boselo⁷ Maiara Silveira Cascaes⁸

Resumo: Este artigo trata da experiência de um projeto de extensão vinculado ao PAES (Programa de Ações em Economia Solidária) da UNESC que teve por objetivo contribuir para o fortalecimento dos membros da COOPERDUS - Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável - com vistas na geração de trabalho e renda, bem como desenvolver atividades de extensão universitária dentro dos princípios da Economia Solidária e da Autogestão num período de doze meses. As atividades foram realizadas nas dependências da ABADEUS, local onde a COOPERDUS está instalada. Os procedimentos se pautaram em oficinas práticas, promovidas pelos Cursos de Administração, Economia e Psicologia da UNESC, com vistas no empoderamento dos participantes. Pondera-se a partir de um painel de fechamento, com vistas numa avaliação do processo, realizada por todos os participantes deste trabalho, que as oficinas e as atividades colaboraram para o empoderamento das cooperadas. A aprendizagem, dentro de uma perspectiva dialética, foi recíproca, uma vez que tanto a cooperativa quanto os extensionistas cresceram e amadureceram no decorrer do processo.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Cooperativismo e Autonomia.

1. INTRODUÇÃO

Frente ao desemprego em massa e ao estrangulamento econômico, surge no final do século XX a Economia Solidária (SINGER, 2002). De acordo com Lisboa (2004) o termo é utilizado para englobar experiências diversas em um amplo movimento social, dentre essas se encontra o cooperativismo.

¹ Mestre em Administração e docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

² Doutora em Psicologia Social e docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

³ Doutor em Sociologia Política e docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁴ Especialista em Gerência Financeira e docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁵ Graduanda de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁶ Graduanda de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁷ Graduanda de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁸ Graduanda de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.



Com o objetivo de desenvolver estudos e ações comunitárias voltadas para o trabalho digno, foi criado na UNESCO o PAES – Programa de Ações em Economia Solidária. O programa abriga projetos de extensão para desenvolver ações na comunidade, tendo por norte os pressupostos da Economia Solidária.

Por intermédio do PAES, a associação beneficente ABADEUS, de caráter filantrópico, solicitou a parceria da UNESCO, para apoiar o processo de incubação da Cooperativa de Produção de Desenvolvimento Sustentável – COOPERDUS, situada em um dos bairros mais carentes de Criciúma - SC. As principais atividades responsáveis pelo ingresso de cooperadas eram as de costura e customização, uma vez que a ABADEUS ofertava cursos de costuras possibilitando a qualificação das mulheres. A matéria prima utilizada pela cooperativa era doada pela a ABADEUS, que por sua vez, recebia e repassava às cooperadas.

Desta forma a ABADEUS trouxe até a UNESCO as principais demandas para a criação de um projeto de extensão, tendo em vista que se fazia necessária a participação da universidade por meio de formação técnica e psicossocial em benefício da cooperativa. Assim em fevereiro de 2010, o projeto denominado “Ação de Extensão Universitária no âmbito da Economia Solidária e da Auto gestão” foi contemplado no Edital UNESCO 54/2009, o que possibilitou dar início aos trabalhos. Para tanto se formou uma equipe interdisciplinar abrangendo acadêmicos e professores dos cursos de Administração, Economia e Psicologia. O público alvo era constituído por cerca de quinze mulheres, com predomínio de ensino fundamental ou analfabetismo, entre vinte a cinquenta e cinco anos de idade.

A partir da aprovação do projeto, a equipe foi até à cooperativa para identificar as principais demandas. Observou-se primeiramente a existência de dois núcleos de costureiras, um cuja renda vinha somente da costura, e outro que trabalhava também com customização. Verificou-se a desunião e a falta de interação entre os núcleos; o espaço físico também apresentava fragilidades, sendo prejudicial tanto à produção quanto a saúde das mulheres; observou-se a falta de uma hierarquia administrativa, pois as cooperadas não confiavam umas nas outras; e percebeu-se a ausência de autonomia por parte das cooperadas, principalmente com relação à tomada de decisões. Com as demandas pré-definidas, a equipe reuniu-se para planejar o início das atividades.

O projeto teve como objetivo geral, contribuir para o fortalecimento da COOPERDUS com vistas na geração de trabalho e renda, bem como desenvolver atividades de extensão universitária dentro dos princípios da Economia Solidária e da

Autogestão num período de doze meses. Dentre os propósitos do projeto, contam a construção de conhecimentos voltados para emancipação social e fortalecimento dos princípios do cooperativismo autêntico.

2. MATERIAL E METODOLOGIA

As atividades foram realizadas nas dependências da ABADEUS, local onde a COOPERDUS está instalada. A equipe de bolsistas frequentava o local semanalmente, os encontros duravam cerca de duas horas. Os procedimentos se pautaram em oficinas práticas, promovidas pelos Cursos de Administração, Economia e Psicologia – UNESC, com vistas no empoderamento dos participantes.

A primeira oficina, denominada Oficina de Socialização, abrangeu 7 (sete) encontros. As atividades foram realizadas por meio de reuniões feitas em círculo, entre as bolsistas e as cooperadas. No início dos encontros fazia-se uma discussão sobre a situação atual da cooperativa e os sonhos que as cooperadas tinham para o empreendimento; num segundo momento eram realizadas dinâmicas com vistas a promover a interação do grupo. Foram utilizados materiais de papel, música, painéis, canetas entre outros. O objetivo desta oficina era interar os núcleos, construir conceitos de cooperativismo e promover a autonomia do grupo.

A segunda oficina realizada foi a de *Layout*. Esta se pautou em 4 (quatro) encontros, e tinha por objetivo a melhoria do espaço físico no ambiente de trabalho e no processo produtivo. O material utilizado nos dois primeiros encontros foram maquetes de cartolina construídas pelas bolsistas, que possibilitavam às cooperadas terem maior dimensão do ambiente em que trabalhavam e das modificações que queriam fazer. Os últimos dois encontros foram utilizados para fazer a modificação no ambiente.

A terceira oficina foi um estudo sobre o estatuto da cooperativa. O mesmo não estava de acordo com as atividades nem com os procedimentos que as cooperadas vinham seguindo. Para tanto as bolsistas utilizaram 2 (dois) encontros para lerem o estatuto junto às cooperadas. Após a leitura foram necessários mais 4 (quatro) encontros, com a presença de um professor da UNESC e de um advogado, para a reformulação do documento.

Paralelo a realização das oficinas, as bolsistas faziam visitas semanais a Cooperativa para avaliarem os impactos dos trabalhos junto as cooperadas. Foram realizadas também mostras de vídeos e discussões que abordassem os princípios do cooperativismo e os pressupostos da Economia Solidária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina de Socialização possibilitou às cooperadas terem maior autonomia e segurança na tomada de decisões. Uma das dinâmicas desenvolvidas foi o desafio para a construção de uma colcha: as cooperadas teriam que adquirir a matéria prima, confeccionar e promover a venda; tudo deveria ser feito em conjunto. A atividade provocou maior interação e união no grupo. As discussões também previam a construção de conceitos sobre cooperativismo, o objetivo ia sendo alcançado gradativamente, na medida em que as mulheres passavam a ter maior dimensão sobre o empreendimento que compunham.



Figura 1: Construção da Colcha.



Figura 2: Discussões.

Com o grupo unido, tornou-se propício o desenvolvimento de outra oficina, a de Layout. As maquetes construídas pelas bolsistas motivaram as mulheres a pensarem juntas, e a desenvolverem estratégias que beneficiassem o processo produtivo e o conforto no local. A modificação feita proporcionou a melhoria do espaço físico, facilidade de locomoção, aumento da qualidade do produto e maior conforto no local de trabalho.



Figura 3: Ambiente antes da oficina.



Figura 4: Ambiente depois da oficina.



Figura 5: Dinâmica com as maquetes para a definição do layout.

No decorrer do ano, outra demanda foi identificada: incompreensão das cooperadas com relação ao estatuto. A leitura do mesmo despertou maior interesse em regularizar a situação, o que fez necessária a presença de um advogado para auxiliá-las. Os encontros contaram com a presença de um professor da UNESC, cuja vasta experiência no tema cooperativismo colaborou com o processo. Embora as modificações realizadas sejam de grande importância para o empreendimento, elas não foram documentadas na forma de

um novo estatuto. As atividades desta forma não levaram à reformulação do documento, mas proporcionaram maior entendimento do mesmo aos membros da cooperativa.

Paralelo às oficinas, as bolsistas realizaram discussões, motivaram a realização de uma Assembléia para eleição de um novo quadro administrativo, promoveram mostra de vídeos e leituras de textos. A Assembleia teve êxito, pois permitiu a criação de uma hierarquia antes inexistente. As outras atividades proporcionaram ao grupo a construção de conhecimentos voltados para emancipação social e para o cooperativismo genuíno.

4. CONCLUSÕES

No decorrer das atividades, verificaram-se as dificuldades que uma cooperativa enfrenta para alcançar o número mínimo de 20 cooperadas, exigido por lei.

Embora as atividades tenham colaborado com o fortalecimento da cooperativa, muitas das mulheres não permaneceram no empreendimento, em função principalmente da renda, uma vez que o mercado formal oferta maiores benefícios financeiros.

A rotatividade de pessoas é um fator imperativo em muitos empreendimentos de Economia Solidária. Mas se pondera, a partir de uma painel de fechamento, com vistas numa avaliação do processo, realizada por todos os participantes deste trabalho, que as oficinas e as atividades colaboraram para o empoderamento das cooperadas, mesmo no final do projeto, quando já não se tinha o mesmo núcleo participativo inicial.

As cooperadas que optaram por permanecerem na cooperativa estão se empenhando para darem continuidade ao empreendimento. Hoje elas contam com um embasamento mais sólido que no início das atividades, uma vez que possuem mais autonomia e têm mais compreensão sobre como funciona e o que significa uma cooperativa.

Aos acadêmicos e professores envolvidos, o projeto proporcionou além do conhecimento, uma experiência marcante sobre como se constitui na prática um empreendimento solidário, na medida em que foram vivenciados os problemas, os desafios e as recompensas que o cooperativismo promove na vida de cada associado.

A aprendizagem, dentro de uma perspectiva dialética foi recíproca, uma vez que tanto a cooperativa quanto os extensionistas cresceram e amadureceram no decorrer do processo.

5. REFERÊNCIAS

LISBOA, Armando. **Economia solidária hoje: significado e perspectivas**, 2004. Disponível em <<http://cnm.ufsc.br/publicacoes/textos-para-discussao>>. Acesso em: abril.2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.



A experiência de incubação de catadores na cadeia do turismo em Paraty.

Área temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: Paulo Victor Santos Aniceto

Instituição: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ).

Autores: Paulo Victor Santos Aniceto¹; Marina de Oliveira Mendonça²; Raquel Gomes de Sousa³; Fabrício Henriques Caloiero Vilas⁴; Maria das Graças da Silva⁵; Ricardo Mariella⁶.

Resumo

O presente trabalho apresenta a experiência de incubação de catadores de materiais recicláveis no município de Paraty/RJ com a finalidade de promover a inclusão produtiva destes trabalhadores. A coleta seletiva é considerada parte integrante da infra-estrutura de apoio ao turismo. A formação de uma cooperativa popular surgiu como demanda durante o processo de incubação. A geração de trabalho, renda e cidadania são elementos necessários para garantir a sustentabilidade do empreendimento.

Palavras-chave: Incubação de Catadores; Coleta Seletiva; Turismo.

Introdução

O presente trabalho apresenta a experiência de mobilização e incubação de catadores de materiais recicláveis no município de Paraty/RJ, a partir da execução de dois projetos realizados pela ITCP/COPPE/UFRJ: um de reciclagem e outro de turismo.

A entrada da ITCP no município de Paraty ocorreu por meio da execução de um projeto de incubação e desenvolvimento local com o objetivo de inserir empreendimentos populares na cadeia do turismo. Cooperativas e associações de artesanato, dança e transporte foram os primeiros grupos mobilizados para a participação. Através do contato com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty (SEDUMA) e a identificação da existência de catadores de materiais recicláveis – um dos focos de atuação da ITCP – vislumbrou-se a possibilidade de atuação junto a estes trabalhadores. A seguir apresenta-se como se desenvolveu esta experiência de mobilização e incubação.

¹ Cientista Social/UFRJ. Técnico ITCP/COPPE/UFRJ.

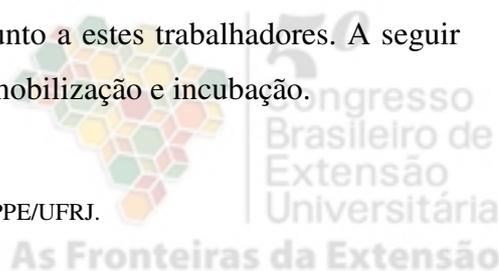
² Geógrafa/UFRJ. Mestre em Ciência Ambiental/USP. Técnica ITCP/COPPE/UFRJ.

³ Geógrafa/UFRJ. Técnica ITCP/COPPE/UFRJ.

⁴ Geógrafo/UFRJ. Técnico ITCP/COPPE/UFRJ.

⁵ Historiadora/UGF. Mestre em Psicologia Social/UGF. Coordenadora ITCP/COPPE/UFRJ.

⁶ Historiador/UFRJ. Mestre em História/PUC-Rio. Consultor e Prospector de Projetos ITCP/COPPE/UFRJ.



O projeto “Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis” (Cataforte) visa o fortalecimento de grupos de catadores por meio de capacitações, assessorias técnicas e formação de redes de cooperação.

Já o projeto “Incubação de empreendimentos econômicos solidários e organização comunitária na cadeia produtiva: desenvolvimento no município de Paraty e consolidação e divulgação de metodologia”, que tem como alvos a inclusão de setores populares no turismo local, além de produção/geração de conhecimentos e metodologias, agrega as condições necessárias para a integração com o projeto Cataforte, possibilitando a inclusão de catadores na cadeia do turismo.

Ao mapear empreendimentos para o processo de incubação (a ser descrito na metodologia) em áreas de desenvolvimento turístico, a ITCP pode identificar grupos que apresentam potencial para sua inserção na cadeia produtiva. Um grupo formado por catadores de materiais recicláveis, por exemplo, pode ser incluído em uma rede de empreendimentos ligados ao turismo, já que o serviço prestado está diretamente relacionado à infraestrutura de apoio para o recebimento de visitantes, além de contribuir para a manutenção dos patrimônios que compõem os bens turísticos. Portanto, partiu-se de uma perspectiva abrangente da cadeia produtiva do turismo, englobando atividades relativas aos serviços oferecidos aos turistas. Considerou-se, pois, a coleta/separação/reciclagem do resíduo sólido produzido como parte desta cadeia. Neste sentido, coube à ITCP a articulação necessária para que grupos, cujas atividades econômicas não estivessem tradicionalmente associadas ao turismo, pudessem adquirir viabilidade cooperativa e econômica com a finalidade de ocupar espaços neste mercado.

A prática extensionista é intrínseca ao projeto. Ela articula produção de conhecimento, promove a troca de saberes entre a Universidade e os grupos locais e ajusta metodologias de incubação à realidade do local. Os atores da ação extensionista são os técnicos da ITCP responsáveis pelas mobilizações, capacitações e assessorias, assim como o grupo de catadores. Houve, também, a participação de discentes na execução dos projetos e a revisão de metodologias a fim de aperfeiçoar as técnicas de incubação à realidade local.

A meta desta proposta de extensão é possibilitar aos catadores por meio da formação a autogestão, o desenvolvimento e a consolidação de lideranças para a inclusão do empreendimento na cadeia produtiva do turismo de Paraty.

Coleta Seletiva em Paraty

Sendo Paraty uma cidade que tem no turismo sua principal fonte de renda, a conservação da natureza, de seu patrimônio cultural e o descarte correto de seus resíduos são condições básicas para a manutenção da atividade turística. O município possui um lixão localizado na rodovia Rio-Santos, onde aproximadamente 20 catadores residem e trabalham individualmente. A única fonte de renda destes provém dos materiais recicláveis coletados neste local, que são vendidos para o dono de um ferro velho.

A destinação de resíduos sólidos ganha destaque a partir da aprovação em 2010 da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A lei prevê o fechamento dos lixões e estabelece a obrigatoriedade da implantação da logística reversa⁷ dos resíduos sólidos, além de estabelecer uma série de exigências às quais estados e municípios brasileiros deverão se adequar através de legislação própria.

Com a aprovação da PNRS, o lixão de Paraty será desativado. No entanto, o destino dos catadores que ali atuavam era incerto. Portanto, foi fundamental a mobilização destes em um momento anterior ao fechamento do lixão.

Através da parceria com a SEDUMA, a ITCP ofereceu formação para 22 catadores, visando a sensibilização destes indivíduos para a importância da constituição de um empreendimento autogestionário. Esta formação está ligada ao Projeto Cataforte, realizado em parceria com o Ministério do Trabalho, Fundação Banco do Brasil e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

A partir da qualificação dos catadores de materiais recicláveis de Paraty, vislumbrou-se a possibilidade de sua organização e acompanhamento como empreendimento econômico solidário (EES) na forma de cooperativa, integrando a infraestrutura da cidade. Deu-se início ao processo de incubação do grupo no âmbito do projeto de organização comunitária na cadeia do turismo, que conta com o apoio do Ministério do Turismo e da Financiadora de Estudos e Projetos.

Pretendeu-se organizar o empreendimento, articulando-o às atividades de coleta seletiva durante os eventos realizados em Paraty, gerando trabalho e renda e, conseqüentemente, a saída gradual destes indivíduos do lixão.

⁷ Logística Reversa: “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada” (Lei nº 12.305/2010).



Metodologia

O primeiro passo para o início das atividades de ensino foi a sensibilização dos catadores para participação nas oficinas do projeto Cataforte.

A formação consistiu em seis módulos que abordavam: a organização do trabalho dos catadores e sua representação enquanto movimento social; formalização de um empreendimento econômico solidário; políticas públicas; formação de redes de cooperação; logística de coleta e comercialização dos resíduos.

A metodologia aplicada utilizou os princípios da pedagogia da alternância. Tal método pedagógico prevê “a alternância de tempos e espaços conciliando trabalho e estudo”, conferindo também aos educandos “uma perspectiva associada ao desenvolvimento sustentável e solidário” (MAZZEU, 2010). Os módulos foram organizados respeitando a disponibilidade dos catadores.

Ao final das oficinas, o grupo optou por se organizar em cooperativa, sendo incubado oficialmente pela ITCP, através de uma metodologia de trabalho realizada há 16 anos. O processo de incubação consiste em um período de maturação em que o grupo recebe capacitações e assessorias técnicas voltadas para organização e gestão além de oficinas para elaboração de projetos de captação de recursos. Paralelamente, conteúdos de marketing, planejamento e monitoramento das ações são também privilegiados ao longo do processo. A particularidade da incubação de um EES está nos conteúdos que destacam os princípios cooperativistas da autogestão e democracia, dentre outros.

Resultados e Discussões

Durante a fase de inscrição dos catadores foi constatado que a maioria destes não possuía alguns documentos como Certidão de Nascimento, RG ou CPF. A SEDUMA e a Secretaria de Promoção Social organizaram, com o apoio da ITCP, um mutirão para cadastramento dos catadores a fim de providenciar a documentação básica. Esta iniciativa garantiu o acesso à cidadania além de ser o primeiro passo para a futura legalização do empreendimento, já que seus associados obrigatoriamente devem possuir os documentos de pessoa física.

O principal resultado alcançado após o fim do processo de formação foi a iniciativa dos catadores em constituir uma cooperativa, a qual foi denominada “Guardiões da Natureza”. Visando o acompanhamento do grupo e a continuidade das ações, a ITCP incluiu o empreendimento recém formado nas atividades de incubação do projeto de organização comunitária na cadeia do turismo de Paraty. Atualmente o grupo recebe

assessoria para legalização, contando com apoio da Federação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Rio de Janeiro (FEBRACOM). Paralelamente, visando a integração da cooperativa na economia local, buscou-se parcerias que propiciassem esta inserção. Em articulação com a Associação Casa Azul e a Prefeitura de Paraty, vislumbrou-se a participação da cooperativa na coleta seletiva durante a realização da 9ª edição da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). A articulação se concretizou na abertura de uma frente de trabalho para os catadores, que serão remunerados pelos dias de atuação no evento e que venderão os resíduos coletados diretamente aos compradores, eliminando a figura do atravessador, contabilizando uma remuneração maior para o grupo.

Considerações Finais

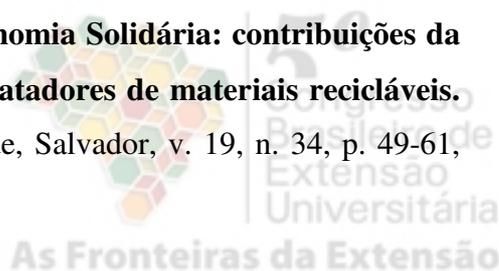
O processo de incubação da cooperativa “Guardiões da Natureza” está em andamento e tem a previsão de mais seis meses de execução visando a sustentabilidade do EES. Os objetivos propostos a partir das ações realizadas no âmbito dos dois projetos foram atingidos nos seguintes aspectos: demanda pela formação de uma cooperativa; transição do trabalho individual para a organização coletiva; acesso à cidadania; estabelecimento de parcerias visando inserção na economia local. Esta experiência significa o desenvolvimento de uma iniciativa de trabalho e renda em que se espera propiciar a saída gradual dos catadores do lixão.

O trabalho de extensão obteve êxito na medida em que a Universidade estabeleceu a intermediação entre a sociedade representada por um grupo em situação de vulnerabilidade social, o poder público local e entidades privadas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acessado em 28/06/2011.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. **Educação e Economia Solidária: contribuições da “Pedagogia da Alternância” para a formação dos catadores de materiais recicláveis.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 34, p. 49-61, jul./dez. 2010



TÍTULO: A FORMAÇÃO AUTO GESTIONÁRIA EM ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO LITORAL PARANAENSE.

Área Temática: Trabalho.

Responsável pelo trabalho: Prof. Lucia Helena Alencastro.

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Nome dos Autores: Prof. M^a Lucia Helena Alencastro¹; Prof. M^a Cinthia Maria Abraão Sena²; Amanda Silva Gusmão³; Bruna Porto Barros⁴; William Calixto Fuzeti Pereira⁵.

Resumo

O presente trabalho destaca as desigualdades sociais brasileiras, que continuam repercutindo na configuração territorial. Pode se dizer que a atividade econômica que melhor expressa esta desigualdade é retratada pelo contingente de pessoas que vivem do lixo. No caso das associações de coletores torna-se evidente a necessidade de políticas públicas capazes de dar suporte ao processo de estruturação organizacional. Neste sentido, o Projeto Incubadora de Projetos Sociais e Econômicos de Base Solidária – IPESS, atua para o desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária, desde o ano de 2008, tem focado suas ações junto às associações de catadores dos municípios do Litoral Paranaense, colaborando com eventos, cursos de capacitação e formação para fortalecimento interno dessas organizações.

Palavras-chave: resíduos sólidos, associativismo e economia solidária.

Introdução

O Projeto Incubadora de Projetos Sociais e Econômicos de Base Solidária – IPESS, que atua para o desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária, desde o ano de 2008 tem focado suas ações junto às associações de catadores dos municípios do Litoral Paranaense. Atualmente o trabalho pauta-se em demandas específicas, identificadas na pesquisa sobre a cadeia de resíduos sólidos. Dentre essas demandas identificou-se a necessidade de formação para que as associações consigam utilizar princípios técnicos para se posicionarem melhor no mercado de comercialização. Contudo, destaca-se como indicativo fundamental para a sustentabilidade a organização em rede a partir da integração e articulação dessas associações a fim de proporcionar maior representatividade e poder de negociação no mercado em que se inserem. Assim, no segundo semestre de 2010 a IPESS

¹ALENCASTRO, L. H. M^a da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral, luchia@ufpr.br.

²SENA, C. M. A. M^a da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral, cisena@terra.com.br.

³GUSMÃO, A. S. Discente de gestão ambiental da UFPR – Setor Litoral, amanda.sgusmao@hotmail.com.

⁴BARROS, B. P. Discente de gestão empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral, brunapbarros@yahoo.com.br.

⁵PEREIRA, W. C. F. Discente de gestão empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral.

desencadeou um processo de formação com objetivo central de mobilização dos diferentes agentes num espaço comum a fim de proporcionar a aproximação destes na busca de soluções a estruturação e sustentabilidade de seus empreendimentos.

Metodologia

Segundo os princípios metodológicos da pesquisa-ação e da educação popular freireana foi possível estabelecer uma dinâmica formativa capaz de elucidar as dificuldades vivenciadas e construir soluções a partir da interação entre os diferentes atores envolvidos, por meio de suas próprias experiências. O curso teve como metodologia o princípio da pesquisa ação onde as questões centrais a serem trabalhadas foram construídas a partir das necessidades e demandas dos sujeitos participantes das associações de catadores, permitindo a participação de qualquer outro ator da cadeia produtiva.

Para a execução do curso foi importante a presença dos bolsistas do projeto onde todos contribuíram, sob orientação das mediadoras do projeto, com materiais específicos de suas áreas, implementando atividades que englobaram dentre outras áreas administração, contabilidade, economia, empreendedorismo, gestão ambiental, serviço social, psicologia, filosofia e computação.

Dinâmicas interdisciplinares foram abordadas em atividades coletivas proporcionando a integração dos diferentes indivíduos e construção do conhecimento em diferentes aspectos de realidade. Outra prioridade foi a utilização de computadores como uma das formas de realizar o controle financeiro da organização, contrastando inclusão digital e aperfeiçoamento das habilidades já existentes, articulando estágios avançados e iniciais de conhecimento nos diversos temas abordados.

Resultados e Discussões

Foi possível identificar como principais resultados as articulações iniciais entre as associações para a comercialização em rede com a finalidade de agregar maior valor aos resíduos sólidos, a evolução nos padrões de controle financeiro das associações, dando ênfase na implantação do fundo de reserva, investimento e pagamento de previdência social e a maior comunicação entre os diferentes atores e fortalecimento do pensamento coletivo.

Assim como para os grupos de associados envolvidos neste processo, os acadêmicos relacionados a este processo tiveram um grande desenvolvimento, aprofundando seus conhecimentos sobre atuação social, pontos específicos de seus respectivos cursos em graduação a partir de desenvolvimento de atividades junto às associações e conhecimentos sobre áreas não específicas do curso em graduação pela interação entre o grupo na realização de pesquisas e projetos em com intenções interdisciplinares.

Conclusões

¹ALENCASTRO, L. H. M^a da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral, luchia@ufpr.br.

²SENA, C. M. A. M^a da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral, cisena@terra.com.br.

³GUSMÃO, A. S. Discente de gestão ambiental da UFPR – Setor Litoral, amanda.sgusmao@hotmail.com.

⁴BARROS, B. P. Discente de gestão empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral, brunapbarros@yahoo.com.br.

⁵PEREIRA, W. C. F. Discente de gestão empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral.



Proporcionar a esses grupos uma adequada formação é essencial para que as associações consigam utilizar de alguns princípios técnicos para se posicionarem melhor no mercado de comercialização de resíduos sólidos e compreender a importância de integrar e articular os diferentes grupos de associados a fim de proporcionar maior representatividade e poder de negociação no mercado em que se inserem. A possibilidade de efetividade da ação é fortalecida pela viabilidade econômica desta pelos fatores em potencial que são as relações inter-regionais, com a Região Metropolitana de Curitiba e com região industrial de SC, a geração de resíduos de valor elevado nas cidades portuárias e a infra-estrutura logística de boa qualidade na região (especialmente rodovias).

Referências

BECKER, Bertha. Tendências de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos. IN: **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1997.

JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Marco Antônio. Criação do capital social – O caso da Asmare: Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material reaproveitável de Belo Horizonte. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, Vol. 2, Belo Horizonte, Junho de 1997.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Ed. Campus: Rio de Janeiro, 2000.

PROCHNIK, Victor. Cadeias Produtivas na Política de Ciência e Tecnologia da Inovação. **Conferência apresentada na Reunião Sudeste da Conferência Nacional de C&T para Inovação**, Rio de Janeiro, 17/08/2001.

RUCKERT, Aldomar. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. In: **Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Universidad de Barcelona, Vol. XI, num. 245 (66), 01 de agosto de 2007.

¹ALENCASTRO, L. H. M^a da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral, luciah@ufpr.br.

²SENA, C. M. A. M^a da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral, cisena@terra.com.br.

³GUSMÃO, A. S. Discente de gestão ambiental da UFPR – Setor Litoral, amanda.sgusmao@hotmail.com.

⁴BARROS, B. P. Discente de gestão empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral, brunapbarros@yahoo.com.br.

⁵PEREIRA, W. C. F. Discente de gestão empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral.



APOIO À ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DO FORTALECIMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRE

Área Temática: Trabalho

Responsável: Ana Cláudia Hebling Meira

Instituição: Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo (CCA / UFES)

Autores: Ana Cláudia H. Meira¹; Danilo S. de Souza²; Davi S. de Senna³; Hélia de B. Kobi⁴; Poliana L. Azevedo⁵; Maria Z. Araújo⁶; Rogério Alonso Brugin Santos⁷; Sara de O. Carvalho⁸; Jorge Antonio G. Bitencourt⁹; Roberto V. Garcia¹⁰.

Resumo: O fortalecimento das organizações sociais é importante para estimular o protagonismo dos atores sociais envolvidos na construção de uma nova realidade que promova o desenvolvimento sustentável. Objetiva-se contribuir para a organização e o planejamento estratégico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre (SITRUA), integrando estudantes do Grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xawa (GAEK), professores do Centro de Ciências Agrárias da UFES, agricultores familiares e membros do SITRUA. Este trabalho visa atender uma demanda social, construída em conjunto com estes parceiros. A metodologia utilizada para a elaboração do Planejamento Estratégico do SITRUA consiste nas seguintes atividades: realização de mutirões para levantamento das demandas nas comunidades rurais, eleição de representantes para participar das oficinas de elaboração do Planejamento Estratégico, cursos de formação e por fim, as oficinas de elaboração do Planejamento Estratégico. Em todas estas etapas serão utilizadas as metodologias participativas. Até o presente, verifica-se que as atividades participativas fazem com que os agricultores sintam-se capazes de buscar soluções para seus problemas, alterando um aspecto cultural que é a passividade e expectativa de que o poder público tudo resolva.

Palavra chave: Extensão Rural, Sindicalismo Rural, Organização Social.

¹ Mestre em Sociologia, Professora do Departamento de Medicina Veterinária do CCA / UFES.

² Graduando em Engenharia Florestal do CCA / UFES e membro do GAEK.

³ Graduando em Engenharia Florestal do CCA / UFES e membro do GAEK.

⁴ Graduanda em Engenharia de Alimentos do CCA / UFES e membro do GAEK.

⁵ Graduanda em Engenharia Florestal do CCA / UFES e membro do GAEK.

⁶ Graduanda em Engenharia de Alimentos do CCA / UFES e membro do GAEK.

⁷ Graduando em Engenharia Florestal do CCA / UFES e membro do GAEK.

⁸ Graduanda em Agronomia do CCA / UFES e membro do GAEK.

⁹ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre.

¹⁰ Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre.



Introdução

Desde 2005, com os debates em torno da constituição do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Caparaó, iniciou-se um processo de mobilização de agricultores que culminou na formação ou reestruturação de uma série de associações. No município de Alegre esse processo levou à realização, em novembro de 2008, do “1º Encontro da Agricultura Familiar e das Associações de Alegre”. Esse evento teve como propósito promover uma maior articulação entre as associações locais e trazer para o debate a questão da organização rural. Os temas bastante discutidos foram o papel do Sindicato, a atual representação e a possibilidade de se montar uma chapa para concorrer às eleições de 2009.

Durante uma Assembléia, que aconteceu em dezembro de 2008, os agricultores foram informados de que o Sindicato não realizava a sua prestação de contas havia cinco anos. Dessa forma, a Assembléia indicou uma Comissão com amplos poderes para acompanhar a revisão da prestação de contas, que ao final dos trabalhos, comprovou irregularidades. Assim, foi eleita uma Junta Administrativa para conduzir os trabalhos do Sindicato até a eleição e posse da nova Diretoria.

A partir desse momento, teve início um amplo processo de debate entre representantes de onze associações, para a definição das chapas de Diretoria e Conselho Fiscal que iriam concorrer às eleições de outubro, o que evidencia a articulação das organizações das comunidades rurais.

Iniciada a nova gestão, em janeiro de 2010, dois propósitos foram colocados como primordiais: (1º) Ampliar as parcerias do Sindicato, com o objetivo de articular e potencializar as ações voltadas para a agricultura familiar; e (2º) Iniciar um processo de planejamento estratégico da entidade, com vistas a ampliar o contato com as bases e estabelecer as diretrizes para o trabalho do Sindicato.

Para cumprir seus propósitos, o SITRUA buscou a parceria do GAEK, ONG formada por alunos de graduação do CCA / UFES que, desde meados da década de 90, já desenvolvia atividades voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Sendo um grupo formado por estudantes de graduação, o GAEK procurou a parceria dos docentes para juntos contribuírem para o atendimento da demanda do Sindicato, fato que culminou na proposição deste projeto de extensão universitária, aprovado no Edital no. 05/2010 do PROEXT/MEC.

A indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão foram garantidas na medida em que estudantes, professores, agricultores familiares e trabalhadores rurais mobilizados em torno da questão sindical desenvolveram atividades em conjunto, o que proporcionou oportunidades de reflexão sobre as mudanças de concepções teórico-metodológicas para a extensão rural, principalmente no que diz respeito à participação dos atores sociais nas ações para a promoção do desenvolvimento rural.¹¹

O trabalho tem como objetivo central fortalecer a organização sindical rural no município de Alegre, ampliando a mobilização e a participação social dos agricultores familiares e trabalhadores rurais a partir da elaboração do Planejamento Estratégico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre.

Material e Metodologia

O município de Alegre está localizado na Região Sul do Espírito Santo, no Território do Caparaó Capixaba. Com altitudes que variam de 100 a 1.326 metros, o município é formado pela sede e mais sete distritos: Anutiba, Araraí, Café, Celina, Rive, Santa Angélica e São João do Norte. No que se refere à estrutura fundiária do município, as propriedades que podem se enquadrar como sendo da agricultura familiar representam 92,85% do total, ao passo que ocupam 61,39% da área. Possui dois assentamentos da reforma agrária: o Assentamento Floresta (formado por 77 famílias) e o Assentamento Paraíso (formado por 40 famílias). Estas características reafirmam a importância da realização de projetos de extensão voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Para execução dos objetivos propostos pelo trabalho foram realizados em 2010, doze mutirões nas comunidades rurais para estimular o trabalho coletivo e fazer o levantamento de demandas dos agricultores em relação às atividades do Sindicato. Para esta atividade foram elaboradas perguntas de forma a estimular a participação dos agricultores, organizadas nos seguintes eixos: Administração e Finanças, Formação e Organização Sindical, Política Agrícola e Meio Ambiente, Políticas Sociais, Política Agrária, Geração e Gênero e Assalariados.

Nestes mutirões, deveriam ser eleitos sete delegados por comunidade para participar das oficinas de elaboração do planejamento, um para cada um dos eixos.

Na sequência realizou-se um curso de formação em “Movimentos Sociais e Ação Sindical”, com um público de aproximadamente 40 pessoas, entre agricultores familiares e

¹¹ Sobre o tema ver CAPORAL, 2006.

alunos de graduação, onde foram abordados os temas: “Organização Social e Sindicalismo”, “História do movimento sindical e sindicalismo rural no Brasil”, “Sindicatos Rurais no Espírito Santo: desafios atuais” e “Metodologias Participativas”.

Estão previstas ainda visitas às comunidades rurais para estimulá-los a participar das três oficinas que serão realizadas para a construção do Planejamento Estratégico do SITRUA.

Vale ressaltar que serão utilizadas metodologias participativas de forma a estimular os debates e construir o Planejamento Estratégico do Sindicato que reflita, realmente, os anseios de seus associados. Entende-se que a

participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é um empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender. (MARTINS, 2002:52)

Após a elaboração do planejamento haverá um seminário de Apresentação do Planejamento Estratégico durante o 4º Encontro da Agricultura Familiar e das Associações de Alegre.

Resultados e Discussão

Serão discutidos aqui os resultados parciais do projeto visto que até o momento foram realizados os mutirões para o levantamento das demandas, o curso de formação em “Movimentos Sociais e Ação Sindical” e algumas visitas para a mobilização para a participação das oficinas.

Com a sistematização das demandas levantadas nos mutirões, foi possível observar a extrema importância de atividades que visem a formação e organização social, como cursos de capacitação de lideranças comunitárias, cursos sobre políticas sociais e agrícolas, uma vez que os agricultores tem pouco conhecimento sobre os benefícios que podem ser captados pelas políticas públicas ou pelas ações organizadas das Associações e do Sindicato.

Também observou-se que poucos produtores conheciam a finalidade do sindicato. Isto pode ser explicado pelo fato de que este não vinha cumprindo o seu papel de organizar e lutar por direitos em prol da categoria, ao contrário, limitou-se a atividade de mediador na conquista de aposentadorias rurais.

A formação em “Movimentos Sociais e Ação Sindical” foi importante como etapa preparatória para melhor esclarecimento sobre a forma como a sociedade está organizada e qual é o papel das organizações rurais neste contexto, incluindo aí as Associações e o Sindicato, chamando a atenção para o protagonismo social do agricultor familiar necessário à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Contribuiu também para aprofundar os conhecimentos em Metodologias Participativas e para a construção, através das demandas levantadas, sistematizadas e organizadas, da metodologia que será utilizada nas oficinas de preparação do Planejamento Estratégico do SITRUA.

Observou-se uma dificuldade na mobilização de um número maior de agricultores familiares ou trabalhadores rurais que ainda estão distantes do Sindicato, muitas vezes não percebendo as mudanças pelas quais este está passando.

Conclusão

Considerando que o projeto está em andamento, avalia-se que os objetivos parciais, relativos às etapas já concluídas, foram alcançados na medida em que podemos verificar um melhor entendimento, por parte dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, da importância da organização sindical.

Verificou-se também que os agricultores que têm participado das atividades com maior frequência desenvolveram mais autonomia, tornando-se protagonistas das ações relacionadas às associações e ao Sindicato, o que traz como consequência uma melhora na atuação destas organizações sociais. Este fato melhora também a auto-estima dos atores envolvidos que passam a acreditar mais em seu potencial em promover as transformações sociais.

Referências

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. IN: *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

CAPORAL, F. R. e RAMOS, L. de F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Disponível em:

http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/photoflow-view/content-view?object_id=885745. Acesso em: 30/06/2011.

AVALIAÇÃO DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CAPACITAÇÃO DE MULHERES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SÃO LUÍS E SANTO ANTÔNIO, DO MUNICÍPIO DE SOSSEGO – PB, NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

SANTOS, T. S. S.¹; FEITOSA, D. R. S.¹; OLIVEIRA, P. L.¹; MAGALHÃES. H. L. F.¹;
MORAIS, C. R. S.¹; LIMA, L. M. R.²

¹Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos e Solidários
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Av. Aprígio Veloso, 882, Bodocongó – Campina Grande-PB
incubadoraufcg@yahoo.com.br

²Unidade Acadêmica de Tecnologia do Desenvolvimento
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Rua Luiz Grande, S/N, CEP 58540-900, Sumé, PB, Brasil

RESUMO

A situação dos assentamentos rurais no Brasil muda de região para região, mas cada assentamento cria sua própria identidade e mantém características que os diferenciam dos demais. Este trabalho foi desenvolvido com as mulheres dos assentamentos rurais São Luís e Santo Antônio, do município de Sossego – PB, com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico cultural e empreendedor das mulheres destes assentamentos, além de sensibilizar e capacitar as mesmas para usos de tecnologias sociais. O levantamento e a coleta dos dados foram realizados através de visitas aos assentamentos, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário. A partir do perfil traçado iniciou-se a etapa de capacitação das mulheres com cursos de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. Durante o processo de capacitação constatou-se a aceitabilidade no que concerne à implementação de um empreendimento econômico solidário no *locus social*, contribuindo de sobremaneira para o desenvolvimento local do território, na busca da inserção econômica e social das mulheres assentadas.

Palavras-chave: Mulheres, Assentamentos rurais, Economia solidária.

INTRODUÇÃO

A fim de que haja um acompanhamento do processo de formação de um empreendimento, até que este possa se autogerir completamente, sugeriram as Incubadoras de Economia Solidária, que auxiliam e fornecem todo o suporte para o desenvolvimento e a continuidade dos empreendimentos solidários.

Um número considerável de pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil tem se voltado para diversos campos de pesquisa, que vão desde o estudo das condições de vida dentro dos assentamentos aos impactos provocados com sua implementação (LEITE, 2004).

Experiências de capacitação de mulheres do médio São Francisco/PE que tiveram como objetivo a criação de uma cooperativa para inserção de produtos artesanais no mercado local e nacional, ocorreram com a realização de diversos cursos sobre políticas públicas, cooperativismo e associativismo, além de palestras e oficinas artesanais (bonecas de pano, artesanato de palha da bananeira e palha de milho), que permitiram às assentadas adquirirem condições necessárias à administração da cooperativa ao final do projeto (INCRA, 2010).

No caso específico da Paraíba, a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos e Solidários (IUEES-UFCG), em funcionamento desde dezembro de 2008, já desenvolve vários processos de incubação. Dentre eles pode-se citar a experiência do Projeto com grupo de mulheres dos assentamentos rurais São Luís e Santo Antônio, situados no Município de Sossego/PB, que tem como principal objetivo traçar o perfil socioeconômico cultural e empreendedor das mulheres dos assentamentos rurais do citado município, além de sensibilizar e capacitar as mesmas para usos de tecnologias sociais, visando estimular o trabalho coletivo daquelas mulheres a partir de suas habilidades e das potencialidades locais, beneficiando os assentamentos rurais, através do estímulo à autonomia financeira e de uma melhor qualidade de vida proporcionando, assim, um desenvolvimento local do território.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida constou de atividades em etapas distintas: sensibilização, mobilização, traçar o perfil socioeconômico e cultural, e capacitação das mulheres assentadas. Para a realização das etapas previstas contou-se com uma equipe executora de caráter multi e interdisciplinar, formada por docentes e discentes da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Processo de Sensibilização e Mobilização

No primeiro momento, a equipe executora apresentou o projeto às comunidades dos assentamentos São Luís e Santo Antônio, do município de Sossego/PB, bem como ao poder público local, movimentos sociais, sindicatos e ONGs, objetivando sensibilizar, mobilizar e estabelecer parcerias.

Na etapa de sensibilização e mobilização foram estabelecidas parcerias entre a UFCG, comunidade local, movimentos sociais e o poder público municipal, objetivando contribuir para o desenvolvimento de atividades econômicas e geração de trabalho e renda para o grupo de mulheres dos assentamentos rurais São Luís e Santo Antônio do município de Sossego/PB.

O processo de estabelecimento de parcerias ocorreu através da apresentação do Projeto junto a Câmara de Vereadores de Sossego, com a participação dos segmentos sociais: Departamento de Agricultura, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Educação, todo da Prefeitura Municipal de Sossego, além da participação de representantes da Pastoral da Criança, da Câmara de Vereadores, do Clube de Mães e Pastoral da Igreja, neste encontro foi exposto o projeto para o público presente, com o objetivo de angariar o apoio desses órgãos. Em seguida, foi realizada uma palestra com os professores da rede municipal e estadual, a pedido da Secretaria Municipal de Educação, para que houvesse um maior envolvimento dos professores com o projeto.

Foram realizadas oficinas com o objetivo de levantar e confirmar dados buscando mapear a realidade socioeconômica destas comunidades no que se refere ao uso e vivência

do espaço. As oficinas foram realizadas com os diferentes grupos e cada encontro teve duração de 4h, com metodologia e técnicas adequadas de trabalhos em grupo.

Perfil Socioeconômico e Cultural

Essa etapa foi desenvolvida com aproximadamente 40 mulheres. O levantamento de dados para a avaliação do perfil sociocultural foi feito através da aplicação de questionários com 07 (sete) grupos de perguntas que avaliaram: perfil dos entrevistados, grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão social, autoridade ou capacitação e ação política. Utilizou-se o seguinte procedimento metodológico: pesquisa de campo, com abordagem analítica dos dados, qualitativa e quantitativa, privilegiando como instrumentos de pesquisa a observação participante, questionários, entrevistas semi-estruturadas e tabulação dos resultados.

Capacitação

Realizaram-se oficinas, cursos e palestras, que tiveram por finalidade contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das assentadas.

Na etapa de capacitação das mulheres ocorreu a realização dos cursos de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. O curso de Economia Solidária teve como objetivo transmitir conhecimentos acerca dos princípios que regem a economia solidária, bem como apresentar algumas experiências já consolidadas no nosso país, visando estimulá-las a desenvolver ações nesta perspectiva (Figura 1). O curso de Associativismo e Cooperativismo objetivou apresentar às mulheres os mecanismos de organização fundamentados nos pressupostos da economia para que, através dessas informações, elas possam priorizar o tipo de organização a ser implementada na perspectiva de um empreendimento econômico.



Figura 1: Capacitação das mulheres do assentamento rural São Luís no Curso de Extensão em Economia Solidária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações de sensibilização foram iniciadas com palestras e dinâmicas de grupo, onde as mulheres envolvidas tiveram a oportunidade de interagir com a equipe executora, bem como terem os primeiros contatos para o desenvolvimento de um trabalho coletivo visando a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida. Estas dinâmicas

aconteceram após a apresentação do projeto, como forma de identificar os anseios e pretensões destas mulheres acerca do desenvolvimento do mesmo. Foi possível perceber que elas sentiram-se acolhidas e encorajadas a participar das atividades propostas.

No levantamento dos dados para a avaliação do perfil sociocultural das mulheres envolvidas no projeto foi possível observar que a maioria das mulheres entrevistadas é de agricultoras e donas de casa, apresentando faixa etária entre 46 a 55 anos, possuindo de 1 a 3 filhos e nível de escolaridade baixo, com ensino fundamental incompleto.

Em relação à convivência dentro e fora dos assentamentos, foi visto que as mulheres assentadas possuem interação apenas com os integrantes do mesmo assentamento, possuindo uma boa convivência na comunidade, embora existam algumas diferenças entre os mesmos tais como questões de filiação política, educação e situação financeira, o que, às vezes, geram alguns conflitos.

Com respeito às questões políticas, percebeu-se que o grau de confiança nos governos local e estadual, em ambos os assentamentos, indica que a maioria das mulheres nem confia muito e nem pouco nos seus governantes e que, muitas vezes, nem os conhecem. Já em relação ao governo federal, as opiniões emitidas pelas mulheres dos dois assentamentos envolvidos na pesquisa apresentaram algumas diferenças, sendo que no Santo Antônio a maioria respondeu confiar totalmente (76%), já no São Luís as respostas foram divididas entre confiar muito (33%) e nem confiam pouco, nem muito (23%).

Um último ponto avaliado no questionário foi a autonomia que as mulheres dos dois assentamentos possuem em relação às suas vidas, sendo nele analisadas a vontade e a capacidade que elas possuem de tomarem decisões que possam mudar o curso das suas vidas. Pôde-se observar que as mulheres do assentamento de São Luís têm uma maior capacidade em tomar decisões que possam vir a influenciar diretamente nas suas vidas, demonstrando assim terem uma maior autonomia comparada com as mulheres do assentamento de Santo Antônio.

Através dos cursos de capacitação, conseguiu-se transmitir às mulheres assentadas os princípios da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo, destacando a importância do conhecimento da autogestão, democracia, cooperação, centralização do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente.

Alcançou-se, deste modo, o resultado desejado, ou seja, capacitar o grupo de 40 mulheres dos assentamentos rurais para a implantação de um Empreendimento Econômico Solidário. De acordo com os levantamentos realizados, constatou-se que as mulheres conseguiram absorver de forma concisa o conteúdo programático apresentado para em um segundo momento aplicá-los a seus respectivos projetos.

CONCLUSÃO

A partir das ações de mobilização e capacitação das mulheres dos assentamentos rurais, constatou-se a sensibilização destas quanto à implementação do projeto, vislumbrando a criação de empreendimentos econômicos solidários no município de Sossego – PB.

A partir do perfil traçado das mulheres dos assentamentos Santo Antônio e São Luís, do município de Sossego – PB, foi possível verificar que a maioria das mulheres de ambos os assentamentos apresenta idade acima de 45 anos e baixo grau de instrução, e a renda familiar delas é gerada basicamente por as atividades do campo, além de benefícios recebidos pelo governo federal, tal como o bolsa família. Elas possuem um bom relacionamento social dentro da comunidade. Já em relação aos governos local e estadual, não demonstram ter nenhuma opinião formada acerca deles e no governo federal

demonstram ter bastante confiança devido ao fato de obter do mesmo ajuda social. Em relação à autonomia delas, pode-se perceber que, embora apresentem o desejo de mudar suas vidas, não acham que seja possível. Isso se dá devido às limitadas condições financeiras e também em virtude da dependência que demonstram ter em relação aos maridos, que são considerados os chefes das famílias, tendo total poder de decisão.

Alcançados os resultados propostos no processo de capacitação, espera-se que as mulheres através dos conhecimentos sistemáticos adquiridos, sejam capazes de organizarem-se em cooperativas e/ou associações na busca de um desenvolvimento social sustentável, como instrumento de promoção e inserção econômica e social das mulheres assentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 14/10/2010.



A VALORIZAÇÃO DO CATADOR E DE SUA PRODUÇÃO

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: Rebeca Valentim

Instituição: ITCP/COPPE/UFRJ – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Autores: Rebeca Valentim¹, Isabella Cardoso², Rojane Fiedler³

Resumo

A economia solidária ganhou forças nesses últimos anos, e foi constituindo uma emergente manifestação popular. Classes menos favorecidas economicamente foram se organizando ao ponto inclusive de formarem hoje numerosas cooperativas, como é o caso dos catadores. Entretanto alguns destes personagens continuam na informalidade. Através do programa CATAFORTE, entrevistas e oficinas ministradas, dentro da grade do programa deram uma melhor visão da realidade desta classe, assim como as dificuldades enfrentadas pela mesma. A falta de qualificação, tecnologia dentro do seu processo de produção e a sua ausência na cadeia produtiva são fatores agravantes para a falta de valorização tanto do produto final quanto do próprio catador. O programa CATAFORTE tem por objetivo final, juntamente com a ITCP – Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares, dar suporte para que num futuro breve estes catadores estejam munidos em todos os âmbitos necessários para o seu desenvolvimento, e para a agregação de valor de seu produto final.

Palavras-Chave

Catador; Agregação de valor; Cadeia produtiva.

Introdução

A economia solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais tendo o ser humano como sujeito (FBES, 2006), tem como característica a geração de trabalho e renda e uma resposta frente à demanda social.

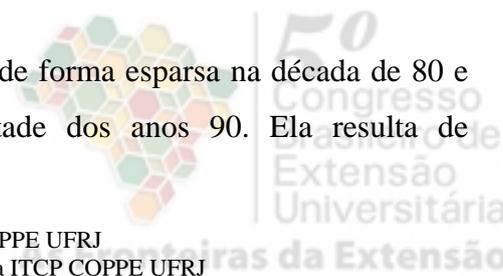
Nela se apreendem uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, dentre muitas. Essas práticas trazem consigo o aparato para o desenvolvimento sustentável o qual gera trabalho e distribuição de renda.

No Brasil, a economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 80 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 90. Ela resulta de

¹ Graduanda em Serviço Social/ UFRJ. Bolsista de extensão da ITCP COPPE UFRJ

² Graduanda em Licenciatura em Química/ UFRJ. Bolsista de extensão da ITCP COPPE UFRJ

³ Especialista em Divulgação da Ciência pela Fundação Oswaldo Cruz (2010). Coordenadora executiva ITCP COPPE UFRJ



movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER, 2000). Nesse processo, as pessoas empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho, pela necessidade de sobrevivência, buscam a sua valorização, a sua capacidade para trabalhar e empreender. Apesar de terem necessidades individuais e isoladas, elas ganham força e expressividade e constituem-se na mais poderosa das forças com a solidariedade, criando vínculos de organização e de comunidade (CULTI, M, 2002). Dentro desta lógica estão inseridas as cadeias produtivas da reciclagem. Com a necessidade de implantação de novos projetos, os quais fortalecem tais cadeias produtivas, bem como inserem novos protagonistas, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/ UFRJ) desenvolveu o programa CATAFORTE. Este programa foi uma iniciativa do Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

O programa CATAFORTE tem como objetivo qualificar social, cultural e profissionalmente catadores de materiais recicláveis (cooperados e não cooperados) visando a organização e o fortalecimento de empreendimentos solidários (cooperativas e associações).

Desta forma, se prevê a longo prazo a valorização deste catador, através da sua inserção na cadeia produtiva de reciclagem.

Agregar valor ao trabalho das cooperativas de catadores é o objetivo principal deste programa, visto que esta é uma deficiência de tal cadeia. A inserção de tecnologia nos processos de coleta e transformação é opção para esta agregação, o que trará também benefícios econômicos e sociais.

Metodologia

O programa CATAFORTE iniciou-se através das atividades formativas baseando-se nos princípios da pedagogia da alternância (PA). A Pedagogia da Alternância combina momentos formativos presenciais, durante determinado período no qual são realizadas as atividades formativas, com momentos junto aos grupos, famílias e comunidades, cujos aprendizados são experimentados e seus resultados registrados para novos processos de reflexão e debate (MTE).

O programa consistiu em duas etapas, a primeira direcionada para a seleção da equipe formadora e sua capacitação e a segunda para a mobilização, formação e qualificação de grupos de catadores. As atividades formativas tiveram duração de seis meses, dois meses

em sala de aula e quatro meses de formação prática. A carga-horária mínima foi de 96 horas-aula desenvolvidas em 6 oficinas. Estas atividades formativas foram implantadas no Estado do Rio de Janeiro em 22 núcleos de formação. Para se atingir os objetivos do programa houve a necessidade de traçar o perfil socioeconômico do público que se interessou em participar do programa de qualificação. Tais informações levantadas junto aos catadores se deram através da aplicação de um questionário composto por 72 perguntas divididas em tópicos. Após o preenchimento, todos os questionários foram revisados e digitalizados no Sistema de Gestão - SIG, com acompanhamento e avaliação da ITCP.

Resultados

Num primeiro momento cooperados e não-cooperados foram encontrados em precárias condições de trabalho e com um déficit de informações a respeito do exercício de sua atividade, prejudicando sua inserção na cadeia de produção.

Os catadores, por meio do programa CATAFORTE foram levados às salas de aula onde foram transmitidos conhecimentos com o intuito de conscientizar, capacitar e muni-los de instrumentos técnicos e teóricos capazes de aperfeiçoar a sua atividade. Dentre os módulos foram abordados: a reciclagem, o meio ambiente e a sustentabilidade; políticas públicas de manejo dos resíduos sólidos; gestão, logística reversa, coleta em grandes geradores; histórico da atividade e do movimento social dos catadores; a economia solidária e o trabalho do catador.

Ao final da capacitação, os formadores e monitores aplicaram os questionários aos participantes. As informações obtidas foram de grande valia, mostrando através da pesquisa que os participantes, em sua maioria, não se autodenominavam catadores, e boa parte deles exerciam outras atividades (Figura 1), pois socialmente falando, o exercício da catação é mau visto e degradante, muitas vezes confundido com mendicância.

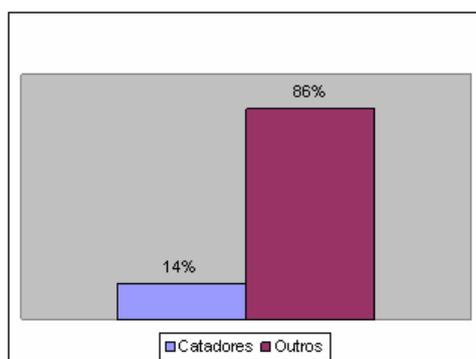
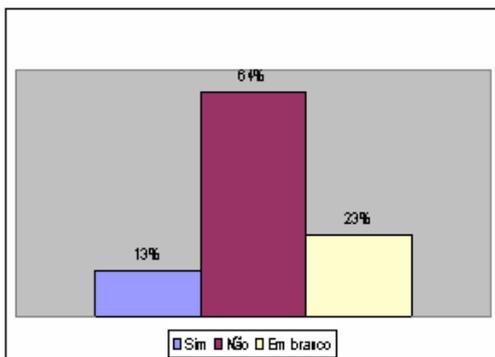


Figura1: atividade principal.

Parte das pessoas entrevistadas possuía carteira assinada em outras atividades, entretanto atuavam na área de reciclagem como atividade secundária (Figura 2 e 3).



Figuras 2: Possui carteira assinada.

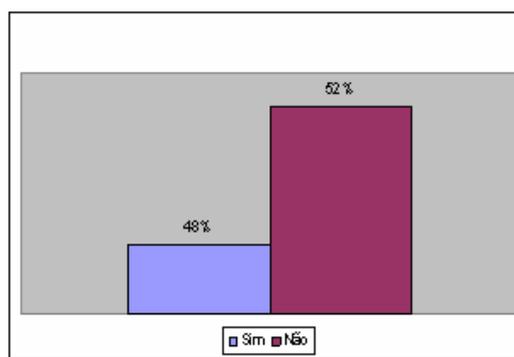


Figura 3: Possui carteira assinada em outras atividades

É possível destacar também que a falta de escolaridade dentro do contingente de catadores influencia a falta de conhecimento tecnológico.

A pesquisa também indicou que uma pequena parcela do contingente total são analfabetos, porém isto se agrava quando se soma aos que não concluíram o primeiro grau. Um dado que chama a atenção é a existência considerável dos que não quiseram declarar sua resposta, o que pode ser um indicativo de que esta realidade seja ainda mais grave. Majoritariamente as pessoas acabam por não possuir o ensino fundamental completo (Figura 4).

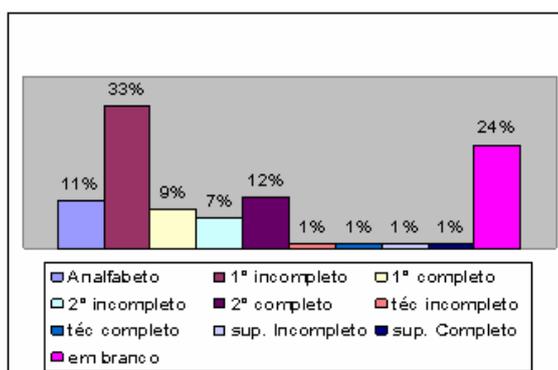


Figura 4: Escolaridade

Por fim, grupos de catadores foram formados a fim de que possam exercer suas atividades com amparo da tecnologia hoje disponível no mercado, com instrução teórica para se organizarem como cooperativas, e principalmente, agregando valor ao seu trabalho, visando a curto prazo a sua inserção definitiva na cadeia produtiva.

Conclusão

O programa perpassou por vários aspectos da vida do catador, dando-lhe um suporte completo tanto teórico-histórico do que constitui a sua profissão, denotando os problemas

que tais catadores enfrentam por não fazerem parte da cadeia de produção de reciclagem, sua necessidade de se qualificar para valorizar seu produto final e o cuidado com o meio ambiente. E, por fim, porém não menos importante, o programa destacou como o papel do governo é fundamental para a ascensão desta profissão, bem como do reconhecimento da importância da cadeia de produção.

Isto nos remete ao objetivo central do programa que é identificar e promover a ascensão da figura social do catador, e a partir desta pesquisa pode-se notar que este mesmo catador não se reconhece como tal, o que se reproduz nas suas relações sociais. Ou seja, se ele mesmo não se reconhece, também não será reconhecido, muito menos valorizado devidamente. A sociedade alimenta o preconceito com a atividade exercida por esses catadores, preconceito este que se explicita em toda a cadeia produtiva. Conscientizar o catador como tal, revelando sua importância a partir de sua inserção na cadeia, e munindo-o de técnica e equipamentos são maneiras de minimizar tais características pré-conceituosas. Os catadores foram qualificados, executando o que foi apreendido, tanto na sua prática diária, quanto na sua construção subjetiva. Entendendo e reproduzindo o conceito que diante de situações adversas devem ter o apoio do governo, reivindicando seus direitos frente a este, se entendendo como parte importante e primária de um longo processo produtivo e executor do trabalho que coopera para o bem de toda a sociedade e do meio ambiente.

O programa buscou superar os limites que os catadores enfrentam para concluir sua formação técnica, consolidar sua imagem frente a sociedade, buscar o caráter formal para esta atividade e cerca-lo de elementos técnicos, gerando a valorização do produto final do trabalho do catador.

Referências

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

CULTI, Maria Nezilda. O COOPERATIVISMO POPULAR NO BRASIL: Importância e Representatividade (Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas, em Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002.)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Termo de Referência, Brasília.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Publicação de Apresentação. FBES: Brasília, 2006.



Bolsa Família na Região Litoral Sul da Bahia

Área Temática: Trabalho

Responsável (Coordenador): Dr.Raimundo Bonfim dos Santos,

Autores: Dr.Raimundo Bonfim dos Santos (1) e Ms.Lino Arnulfo Vieira Cintra (2); Cintya Santos Nobre (3).

Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia (UESC).

Palavras-chave: Pobreza, Bolsa Família e Incubação.

Resumo

O Bolsa Família no território Litoral Sul da Bahia é um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB e tem duas dimensões: uma voltada para a pesquisa e a outra para intervenção (extensão), de forma que o presente artigo relata apenas resultados extensionistas. O objetivo central é contribuir para a redução da pobreza, oportunizando à população condições de fazer apropriação de conhecimentos para ensejar o processo de emancipação e conquista de cidadania. Ele está sendo implementado pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, por intermédio de alunos, técnicos administrativos e professores. A execução contemplará os 26 municípios do Território Litoral Sul da Bahia. O público alvo é a família beneficiária do Bolsa Família, especialmente mulher. A base teórica está estruturada nas tecnologias sociais, mediatizada pela incubação de empreendimentos econômicos solidários, na forma defendida por Singer, Dagnino e Kruppa e outros. Os principais resultados obtidos foram: elaboração de projetos, articulação de parcerias, formação e reativação de um total de 13 grupos (associações e cooperativas), qualificação profissional e da clientela envolvida, realização de atividades de fomento com a disponibilização de máquinas e equipamentos e instalação da Incubadora Pública; instalação de núcleos locais de qualificação. A população envolvida fez inserção no mercado de trabalho e está obtendo renda, impactando positivamente a qualidade de vida.

Introdução

O presente artigo apresenta um relato parcial das atividades de extensão do projeto intitulado Bolsa Família no Território Litoral Sul da Bahia: reprodução de pobreza ou inclusão social? Está sendo implementado pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, com financiamento da FAPESB e apoio da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia - COOTEBA.

As ações foram iniciadas em 2009 e propositam alcançar todo o território de identidade denominado Litoral Sul da Bahia, área que, historicamente, sempre foi destacada no cenário baiano pela pujança da sua economia determinada pela cacauicultura, a qual gerava excedente que garantia prosperidade e contribuía significativamente com a

receita do Estado. Haine (2009, p. 26) refletindo sobre a região afirma: “o apogeu econômico durou cerca de cem anos, talvez um pouco mais. Em certa época a região respondeu com mais de setenta por cento da receita do Estado da Bahia”.

A partir do final da década de 80, surgiu uma doença denominada vassoura de bruxa (*crinipelis perniciososa*) que atacou a cacauicultura, reduzindo a produção e a produtividade das lavouras. Simultaneamente, os preços de cacau no mercado reduziram inviabilizando a exploração. Os efeitos foram: fechamento de postos de trabalho, falências, configurando a crise da economia cacauceira (ALGER; CALDAS, 1996).

Com o ‘débâcle’ da cacauicultura emerge uma crise sem precedentes na região: a população rurícola, na sua maioria, migrou para as cidades, formando novas favelas nas periferias urbanas, e passando a viver de “bico”, trabalho precário, em condições de vulnerabilidade social. Ampliou-se a pobreza, milhares de pessoas ficaram desempregadas, na condição de excluído social. Como consequência, aumentou o número de dependentes de transferência de renda do governo Federal através do Bolsa Família (BF). Em 2005 a região possuía 33.767 famílias com o benefício (BF), em 2007 já eram 88.288, registrando um crescimento de 161,4%, índice superior a média nacional.

Foi nesse contexto que foi elaborado projeto voltado para os clientes do Bolsa Família da região, visando favorecer meios para que a população envolvida tenha condições de se apropriar de conhecimentos e mecanismos para conceber e viabilizar projeto de vida capaz de propiciar emancipação e, conseqüentemente, conquista da cidadania plena.

Material e Metodologia

Constam, neste item, reflexões nos seguintes campos: Aspectos Conceituais; Concepção do Projeto e Procedimentos Metodológicos, conforme a seguir.

Os aspectos conceituais têm aqui o papel demarcatório e estão apresentadas, de forma sucinta, nas reflexões sobre a pobreza e Bolsa Família. A pobreza se expressa como carência material, ausência de possibilidades para o ator social usufruir de bens e serviços que necessitam para sua vida (DEMO, 2003). Daí que os organismos internacionais que trabalham com essa temática, a exemplo do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU), apontam três tipos de pobreza: extrema, moderada e relativa. Conforme Sachs (2005) a pobreza extrema é aquela que os atores sociais não conseguem satisfazer as necessidades básicas, isto é, passam fome, têm carência exarcebada em termos de saúde,

vestuário, alimentação e educação. Na pobreza moderada, as necessidades básicas são atendidas precariamente, o que se entende como atendimento parcial. Já a pobreza relativa alcança parcelas da população que recebe renda inferior a média regional ou nacional. Nessa categoria, o ator social tem as suas necessidades básicas para sobrevivência atendidas, mas ficam impossibilitados de utilizar serviços e produtos que são consumidos pelos grupos privilegiados, como: acesso a bens culturais; educação e saúde de qualidade; entretenimento e outros (SACHS, 2005). Os organismos internacionais adotam como critério indicador da pobreza a renda per capita familiar, definindo como pertencente a pobreza extrema a pessoa cuja renda seja de até um dólar dia e como pobreza moderada, pessoas com renda de mais de um dólar até dois dólares dia.

O Programa Bolsa Família se constitui em política de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social, isto é, na condição de pobreza extrema. Foi instituído por intermédio da Medida Provisória nº 132, de 20/10/2003, consubstanciada na Lei 10.836 em 09/01/2004. Ele consiste na transferência de renda, auxílio, em forma de Bolsa para unidade familiar tipicamente pobre, dentro de certas condicionalidades, onde é levado em conta: número de crianças e adolescentes, condição nutriz da mãe e outros aspectos, inclusive a renda.

Na concepção do projeto, parte-se do princípio de que o ator social, configurado como pobre, é um sujeito portador de capacidades, talentos, experiências e quando ele se apropria de conhecimentos e habilidades aumenta a sua capacidade produtiva; e dentro de certas condições ele é capaz de construir coletivamente os mecanismos para a superação da condição de pobreza. Nesse sentido, as ações deste projeto assentam-se nas seguintes colunas: tecnologias sociais/economia solidária; autogestão e participação. As tecnologias sociais, entre as quais a incubação de empreendimentos solidários, despontam como mecanismo central que permite mobilizar os atores sociais em torno de uma proposta para geração de renda, qualificação profissional, trabalho coletivo (SINGER, 1997). A autogestão se traduz como um princípio que tem como propósito criar condições para que o ator social aprenda a se autogovernar, gerir e ter o seu próprio negócio; ser patrão, e, ao mesmo tempo, ser empregado. Quanto à participação, ela é entendida como princípio que possibilita a emancipação. Parte-se da compreensão de que a remoção dos fatores que conformam o estado de pobreza do ator social, determina e exige participação ativa individual e coletiva. Ela implica em saber viver coletivamente, ter espírito solidário; construir, participar; ser parte e ter parte (SANTOS, 2001; BORDANAVE, 2003).

Os procedimentos metodológicos utilizados pautaram-se nas reflexões contidas na fundamentação teórica, apresentados, de forma sumária, nos aspectos conceituais e concepção do projeto. O trabalho ancorou-se na economia solidária, envolvendo as tecnologias sociais e a incubação. Foram realizadas: a mobilização, a pré-incubação e a incubação. Foram desenvolvidas ações educativas com base na pedagogia dialógica. Ministraram-se cursos de formação profissional, vetor tecnológico, como também na área do associativismo. Diversas ações foram empreendidas como foco na preparação para a planificação e gestão, visando a autosustentação do negócio. Ao lado dessas ações buscou-se, também, a realização das práticas de ações coletivas e o exercício da autogestão, visando a emancipação do ator social.

Discussões e Resultados

As principais ações realizadas e resultados obtidos estão distribuídos em duas etapas: 1) a inicial, fase preliminar; 2) a de consolidação. Na etapa inicial as atividades relevantes foram: a) formação de núcleos em cinco municípios para apoiar 13 grupos, sendo uma cooperativa e 12 associações; b) instalação de uma incubadora pública municipal (em andamento); c) realização do trabalho de incubação, compreendendo ações de mobilização, formação básica em associativismo e economia solidária, qualificação profissional em corte/costura, confecções, serigrafia, artesanato, pintura e outros. O trabalho educativo foi realizado com base na pedagogia dialógica, de forma transversal, enriquecido com os serviços de consultoria individual e coletiva. A equipe que conduziu o trabalho foi composta de alunos, servidores administrativos e professores. Foram realizados: dois cursos de gestor de incubação de empreendimentos solidários, voltados para técnicos e dirigentes de associações e cooperativas dos empreendimentos assistidos; e um seminário de avaliação e planificação anual das atividades de cada empreendimento. No geral, oportunizou-se à população a apropriação de conhecimentos, sendo que os envolvidos no programa tiveram a sua renda ampliada, sobretudo, as mulheres dos núcleos do Salobrinho e do Nossa Senhora das Vitórias, as quais obtiveram ganhos mais elevados. A segunda fase, iniciou em 2011, com a conclusão dos trabalhos da pesquisa – projeto Bolsa Família (BF), nos 26 municípios do território. Foi realizado parceria com o Fórum de Secretários Municipais de Assistência Social e o trabalho encontra-se em andamento.

Conclusão

O relato constante neste artigo refere-se à dimensão extensionista do projeto Bolsa Família, cujo objetivo central consistiu em propiciar meios à população beneficiária para fazer apropriação de conhecimentos e mecanismos necessários à sua auto sustentação, emancipação e conquista de cidadania. O trabalho tem o seu escopo teórico assentado em fundamentos que conceituam a pobreza em perspectiva econômica com base de intervenção, estrategicamente assentada nas tecnologias sociais, ancorada na incubação de empreendimentos solidários. As atividades estão distribuídas em duas etapas. A primeira, a formação e reativação de grupos, envolvendo pessoas beneficiadas com qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e obtenção de renda. Além disso, foram realizados atividades de fomento disponibilizando máquinas e equipamentos aos grupos necessitados. A segunda etapa do projeto iniciou com a apresentação dos dados da pesquisa o que motivou a realização de oficinas, treinamento dos técnicos para fazer projeto de captação de recursos. Finalmente, conclui-se assim que o programa conseguiu alcançar, neste primeiro estágio, os objetivos delineados.

Referências

- ALGER, Keith; CALDAS, Marcellus. Cacao na Bahia: decadência e ameaça à Mata Atlântica. In: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência Hoje. Volume 20, número 117. jan./fev. 1996.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. O que é participação. Editora. Brasiliense. São Paulo, 2003.
- DEMO, Pedro. Pobreza da Pobreza. Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.
- HEINE, Maria Luiza. Evolução da Divulgação do Patrimônio Cultural de Ilhéus (Ba). Importante Vetor do Desenvolvimento Turístico do Município na Mídia Local. In: HEINE, Maria Luiza (org.). Múltiplos olhares sobre a região cacauzeira Sul da Bahia, Editora Beta Ltda, 2009.
- SACHS, Jeffrey. O Fim da Pobreza. Como Acabar com a Miséria Mundial nos Próximos 20 anos. Companhia das Letras. São Paulo, 2005.
- SANTOS, Raimundo Bonfim. Modelo de Avaliação de Cooperativa – Escola: instrumental testado nas unidades escolares da Bahia. UFBA – Departamento de Educação – Salvador, 2002.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo. In PROPOSTA. Ano 26, nº 72. Fase. Rio de Janeiro, 1997.



**DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
(INTECOOP/UNIFEI)**

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: H. H. COUTINHO

Instituição: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá (Intecoop/Unifei)¹

Nomes dos autores: H. H. COUTINHO¹; M. E. C. BERNARDES¹; P. R. LABEGALINI¹; K. R. G. MARCIANO¹; G. PACHECO¹; C. M. M. S. ALVES¹ e L. R. S. FERNANDES¹. E-mail de contato: intecoop@unifei.edu.br

Resumo: Em seus pouco mais do que quatro anos de existência, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá (Intecoop/Unifei) tem procurado apoiar e assessorar empreendimentos econômicos solidários na sua região de atuação, a partir do estabelecimento de parcerias com o poder público e organizações do terceiro setor. O objetivo deste trabalho é descrever e analisar as atividades atualmente em execução na incubadora, assim como identificar seus desafios e oportunidades. Como metodologia, o assessoramento aos grupos populares prevê uma série de etapas na construção da emancipação política e financeira dos mesmos, de forma participativa e democrática. Atualmente, encontram-se incubados cinco grupos populares, sendo quatro em Itajubá (MG) e um em Pouso Alegre (MG), com benefício direto a aproximadamente 90 pessoas. Ao longo de 2011, são esperados investimentos da ordem de R\$ 495.000,00 tanto na incubadora, como nos grupos incubados. Esses valores excluem o custeio e pagamento de pessoal da Intecoop/Unifei.

Palavras-chave: Economia Solidária; Autogestão; Grupos populares.

Introdução

A extensão universitária dá um novo formato às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O envolvimento de professores, alunos e servidores técnico-administrativos com a comunidade extrapola as salas de aula e permite que a Universidade troque e construa conhecimento na geração de soluções emancipadoras e aplicáveis ao cotidiano das pessoas. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá (Intecoop/Unifei) iniciou seus trabalhos em janeiro de 2007, como um programa de extensão universitária vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). A incubadora foi implantada com recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). A partir de 2003, o PRONINC passou a ser financiado pela Fundação Banco do Brasil, pela Financeira de Estudos e

Projetos (FINEP), em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Intecoop/Unifei tem como missão mobilizar grupos populares por meio do trabalho coletivo, do incentivo à autogestão e da transferência de tecnologia, como forma de promover a cidadania de acordo com os princípios da Economia Solidária. Assim como os grupos, pode-se dizer que a própria incubadora ainda está em processo de amadurecimento, pois até o momento nenhum grupo foi desincubado. A equipe atual conta com um docente em dedicação parcial, atuando como Diretor de Tecnologias Sociais e coordenador da incubadora; dois servidores técnicos-administrativos com dedicação exclusiva; dois profissionais contratados via convênio com a Prefeitura Municipal de Itajubá (PMI) e um pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (PMPA), além de sete bolsistas, nas áreas de Administração, Engenharia Ambiental e Engenharia de Produção, contratados via projetos aprovados pelo edital do ProExt/MEC 2010. Há ainda quatro graduandos em Psicologia da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI), que realizam estágios curriculares não remunerados. Além do apoio da Unifei, quanto à infraestrutura, a incubadora conta com parcerias com o poder público municipal – caso das prefeituras citadas acima, assim como em nível estadual e federal. Essas iniciativas aportam tanto recursos humanos (assessores em economia solidária) para atuar junto aos grupos, como recursos financeiros e de infra-estrutura para, por exemplo, viabilizar a execução de cursos de formação. Em nível estadual, a Intecoop/Unifei tem contado com os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) de Itajubá e de Pouso Alegre, que disponibilizam espaços para cursos de capacitação e prospecção de novos grupos. Já em nível federal, os recursos financeiros para aquisição de materiais de consumo e permanentes, além da contratação de bolsistas e até mesmo de profissionais, têm vindo de editais públicos. Notadamente, o maior aporte de recursos tem vindo dos editais Proext/MEC. Outras fontes federais de recursos foram a CAPES e FUNASA.

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar as atividades atualmente em execução na Intecoop/Unifei junto aos grupos atendidos, assim como identificar seus desafios e oportunidades.

Material e Metodologia

A metodologia aplicada neste estudo é que pauta todo o trabalho de incubação de empreendimentos populares é a pesquisa ação. Para Pereira (2007), isto significa envolver os pesquisadores e participantes representativos da situação de modo cooperativo e participativo. A metodologia de incubação varia de grupo para grupo, sendo que os métodos e as fases são ações flexíveis, que devem se adequar às características apresentadas por cada empreendimento. Da mesma forma, um mesmo grupo pode se encontrar em várias etapas de incubação ao mesmo tempo, pois as variáveis que indicam a conclusão das etapas de incubação nem sempre são excludentes. Segundo Eid (2002), há diferentes métodos de incubação, os quais são adequados para os diferentes tipos de empreendimentos de economia solidária. Como regra geral, a Intecoop/Unifei adota as seguintes fases:

1. Articulação e mobilização da sociedade civil;
2. Identificação do perfil do grupo;
3. Pré-incubação: noções básicas de princípios cooperativistas até a formalização;
4. Incubação: acompanhamento e avaliação da autogestão do grupo;



5. Desincubação: emancipação do grupo, por ser considerado apto a atuar de forma independente, formal e sustentável.

Resultados e discussões

Atualmente, a Intecoop/Unifei assessora cinco grupos populares, sendo que cada um deles tem suas particularidades e se encontra em uma fase distinta no processo de incubação. A descrição de cada grupo segue abaixo (Tabela 1):

Tabela 1: Descrição dos grupos assessorados atualmente pela Intecoop/Unifei.

Nome	Finalidade	Número de associados	Período de incubação	Etapas de incubação	Observações
Acimar	Coleta de materiais recicláveis	20	05/2007 - presente	Incubação	Reuniões semanais. Parceria com a PMI
Nutra Saúde	Educação nutricional e alimentação saudável	9	03/2008 – presente	Incubação	Parceria com a PMI
Recicla Alegre	Coleta de materiais recicláveis	20	05/2010 - presente	Incubação	Em fase de formalização da cooperativa. Parceria com a PMPA. Primeira venda para a merenda escolar do Município de Itajubá já concretizada.
APRIR	Agricultura familiar	28	11/2010 – presente	Incubação	Parcerias com a PMI, CEASA e EMATER
Associação Artes da Terra	Artesanato	14	04/2011 - presente	Pré-incubação	Reuniões quinzenais. Parceria com a PMI

- Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis (ACIMAR)

A ACIMAR é formada por um grupo de catadores de materiais recicláveis que trabalharam no antigo lixão de Itajubá. Hoje, através da associação, os catadores conseguem gerar empregos e renda e garantir – ainda que de forma precária, o sustento de suas famílias. A ACIMAR é um ator importante na promoção do gerenciamento responsável dos resíduos recicláveis e na sustentabilidade urbana. Atualmente, os catadores contam com um galpão para triagem e separação dos materiais, um caminhão, além de alguns equipamentos imprescindíveis como prensa hidráulica, balança e contentores flexíveis (“bags”), sendo esses espaços e equipamentos cedidos pela PMI ou pela concessionária do serviço. Além de oferecer suporte contábil e administrativo, a Intecoop/Unifei desenvolve, de maneira periódica, oficinas de formação ‘social-cidadã’.

Também são previstas ações que aprimorem a roteirização da coleta seletiva na cidade, assim como a expansão da área atendida pela associação.

- Associação Nutra|Saúde

A Associação Nutra|Saúde tem como foco a promoção da saúde da população através da Educação Nutricional e da Alimentação Sustentável. O grupo desenvolve ações que possam melhorar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A Nutra|Saúde atua na capacitação e geração de trabalho e renda, com temas relacionados à alimentação e nutrição. Em fase avançada de incubação, a Intcoop/Unifei atua junto ao grupo no sentido de permitir a sustentabilidade do mesmo.

- Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Ltda – Recicla Alegre (Pouso Alegre-MG)

A Recicla Alegre é uma cooperativa de trabalho em fase de constituição, a ser composta por catadores de materiais recicláveis que trabalhavam no antigo lixão da cidade de Pouso Alegre, sul de Minas Gerais. Com o apoio da PMPA, os catadores dispõem de um galpão, mas permaneceram sem maquinário suficiente para realização do trabalho em escala coletiva. Em maio de 2010, a Intcoop/Unifei passou a acompanhar o grupo, prestando assessoria na área de empreendimentos populares solidários. Em março de 2011, a Recicla Alegre, obteve o pré-registro, emitido pela OCEMG (Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais). Assim, o próximo passo é dar entrada na documentação, para obtenção do CNPJ e efetiva atuação do grupo no programa de coleta seletiva daquele município.

- Associação de Pequenos Produtores Rurais de Itajubá e Região (APRIR)

A partir do marco legal que estabeleceu em 2009 que, no mínimo 30% da merenda escolar provenha da agricultura familiar, a PMI, através da Secretaria de Agricultura, buscou o apoio da Intcoop/Unifei, para auxiliar na constituição de um grupo de agricultores familiares. O objetivo é fortalecer o trabalho desses produtores rurais de base familiar. Além de oferecer suporte administrativo, a incubadora deve atuar na formação e integração do grupo, identificação de novos potenciais econômicos, elaboração do plano de negócios e marketing, formação em gestão e aspectos jurídicos.

- Associação Artes da Terra

Apesar da associação já estar formalmente constituída, sua aproximação com a Intcoop/Unifei se justifica pela falta de uma sustentabilidade financeira do grupo. Pretende-se dar ênfase às capacitações em assessoria financeira e contábil ao grupo, assim como apoio a expansão do mercado consumidor da associação e do compromisso socioambiental dos produtos comercializados. As reuniões da associação – que antes do processo de pré-incubação eram realizadas apenas em momentos de crise e de forma irregular, passaram a ocorrer regularmente, de modo a permitir que o grupo fortaleça sua capacidade de planejamento e busca por soluções efetivas em suas necessidades.

Como pontos positivos da estrutura atual, são citados alguns: i) a disponibilidade de espaço físico para as instalações da Intcoop/Unifei no campus de Itajubá; ii) a participação de servidores da universidade na equipe da Intcoop/Unifei, o que tende a permitir um acúmulo de conhecimento institucional e continuidade no processo de incubação; iii) equipe interdisciplinar, competente e comprometida com o desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, da região e iv) capacitação permanente da equipe na preparação de projetos e de produtos acadêmicos, o que tem possibilitado um

relativo sucesso na consecução dessas atividades. Já como fatores negativos, destacam-se alguns: i) baixo grau de conhecimento – e, portanto, de valorização pela comunidade acadêmica do trabalho desenvolvido pela incubadora; ii) baixa participação e envolvimento da comunidade acadêmica, fator que aliado ao baixo grau de ressonância do trabalho desenvolvido, parece ser explicado pela característica predominantemente tecnológica da instituição; iii) falta de institucionalização da incubadora no organograma da instituição – assim como para a extensão de modo geral, o que resulta em dificuldades orçamentárias; iv) falta de continuidade nas atividades de assessoramento aos grupos, uma vez que a maior parte dos recursos captados não tem aplicação plurianual e iv) assim como acontece em vários grupos populares, a rotatividade dos membros integrantes da equipe é muito alta, fator identificado como prejudicial para o andamento dos trabalhos, pois dificulta a retenção de conhecimento e memória institucionais, assim como das atividades desenvolvidas junto aos grupos. Desde a sua fundação, em 2007, exceto a equipe atual, já passaram pela incubadora nove técnicos e trinta e oito alunos, entre bolsistas, estagiários e voluntários. Além disso, não se pode deixar de citar a excessiva burocracia, o que acaba por vezes desviando o foco das atividades finalísticas da incubadora.

Um grande desafio de qualquer atividade extensionista é como medir os resultados do seu trabalho, pela sua subjetividade. Afinal, é difícil encontrar indicadores numéricos que sejam capazes de refletir a grandeza do resgate da auto-estima e cidadania de um catador, por exemplo. Por outro lado, numericamente a Intecoop/Unifei tem executado alguns projetos contemplados através de editais públicos, sua principal fonte de financiamento. Em 2010, a Intecoop/Unifei executou quatro projetos que haviam sido aprovados no ano anterior pelo Edital ProExt/MEC 2009. Em 2011, serão investidos pouco mais de R\$ 495.000,00, a serem aplicados em benefício direto dos grupos incubados, assim como de escolas públicas do município e região. Tais recursos provêm do Edital ProExt/MEC 2010, DEB/CAPES e FUNASA/MS).

Conclusão

Diante das atividades da Intecoop/Unifei, conclui-se que há uma série de desafios e oportunidades tanto para a incubadora, como para o seu público-alvo e que se tem mudado a vida dos envolvidos, seja nos grupos, com a geração de trabalho e renda, seja nos alunos, professores e técnicos, que podem aprender e aplicar seus conhecimentos na vida cotidiana. Embora ainda recente, e caminhando no processo de amadurecimento, a incubadora prima pelas relações de equilíbrio que permitam a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Sabe-se que há ainda muito a ser feito, que o universo social a ser transformado ainda é muito maior do que a Extensão pode alcançar, mas nem por isto, a Universidade pode deixar de cumprir seu papel e se omitir diante das realidades apresentadas.

Referências Bibliográficas

EID, F. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação.** Texto apresentado na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária da REDE UNITRABALHO, São Paulo, dezembro de 2002.

PEREIRA, J. M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** Editora Atlas, Brasília-DF, 158 p., 2007.

DIÁLOGOS E PARCERIAS NA REALIZAÇÃO DA EXTENSÃO: A CONSTRUÇÃO DE SABERES E AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO MUNDO + LIMPO

Área Temática: Trabalho

Vera Regina Schmitz*
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Resumo

O Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnossociais/Unisinos, incubadora de empreendimentos econômicos solidários, desenvolve atividades com sete grupos, entre os quais há associações e cooperativas. Destaca-se a Associação Mundo + Limpo, que tem a participação de mulheres de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e que produzem produtos de higiene e limpeza a partir do óleo reciclado e da essência de cascas de frutas. Para melhor acompanhamento e desenvolvimento deste empreendimento de economia solidária, foram realizadas parcerias internas e externas, buscando reunir diferentes vertentes temáticas e científicas, como as ciências humanas e as ciências tecnológicas, na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Trabalho. Economia solidária. Saberes.

1 Introdução

O Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnossociais/Unisinos surgiu em 2004 com a proposta de fomentar e acompanhar sistematicamente empreendimentos de economia solidária, na perspectiva de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social. Configurou-se, desde o seu início, como um espaço que promove modelos inovadores e tecnologias de intervenção que levem em conta as dimensões ecossociais e a complexidade do mundo do trabalho. Em sua concepção, procurou-se articular vivências e saberes populares, oriundos das práticas da economia solidária, contribuindo na difusão de uma cultura de solidariedade.

Localiza-se física e organicamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU e destaca-se como um dos programas de Ação Social da Universidade, que vai ao encontro de um dos seus principais enfoques, qual seja, a “atenção com a superação da pobreza, com

* Professora na Unisinos. Coordenadora do programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnossociais/Unisinos. E-mail: <verasc@unisinos.br>.

ênfase nas novas tecnologias no mundo do trabalho”. É nos programas de Ação Social que se materializam algumas das diferentes formas de se fazer extensão na Unisinos.

As principais atividades desenvolvidas pelo Programa remetem a um público integralmente urbano, na sua maioria mulheres sem emprego formal, de baixa escolaridade, na faixa etária de 17 e 68 anos. Além disto, apoia os fóruns de economia solidária e dos recicladores, do município de São Leopoldo-RS, do qual fazem parte os grupos incubados¹ e outros empreendimentos, na sua organização, articulação e fortalecimento.

Um dos princípios de ação do trabalho de incubagem é entender a atividade de trabalho como educativa, tanto no sentido da produção de conhecimento técnico como das transformações que ocorrem com o indivíduo no que diz respeito à sua relação com o saber. Entende-se que o saber popular origina-se do pensar e do refletir de pessoas ou de grupos sobre suas práticas e situações de vida, e sofre influência do conhecimento produzido por outros grupos sociais, ao mesmo tempo em que o influencia. No âmbito do “popular”, muitas práticas educativas, que dão origem a esse saber, contam com educadores que trazem o saber científico como um conhecimento que passou pelo processo de formalização e que lhe dá legitimidade.

O Programa Tecnosociais conta com uma equipe² interdisciplinar. Busca estabelecer diálogo internamente na Universidade, com diferentes áreas de conhecimento não supridas pelo Programa, a fim de atender às diferentes demandas originadas dos empreendimentos.

2 Material e metodologia

O Programa incuba atualmente sete empreendimentos econômicos solidários, do município de São Leopoldo, por meio de assessorias, cursos, capacitações, voltadas às necessidades técnicas e práticas. Como já indicado acima, seguem-se os princípios da educação popular, que é pensada e direcionada para a emancipação social, econômica, política e cultural das classes populares e está profundamente relacionada às formas coletivas de organização popular, como os movimentos sociais, e à concepção de que o educando – como indivíduo e como classe – é sujeito de seu processo de libertação.

Freire (1996, p. 77-8) afirma que

¹ Adota-se o termo incubagem, enquanto Tecnosociais, como acompanhamento com assessoria e processo de formação continuada a empreendimentos solidários, desde a implantação até a sua autonomia, relacionando incubagem com educação para toda a vida.

² A equipe é formada por um professor, três técnicos, seis estagiários e um auxiliar de administração. A área de formação do grupo é diversa, pois o Programa caracteriza-se pela interdisciplinaridade.



toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra.

Entre os empreendimentos de economia solidária acompanhados pelo Tecnosociais, destaca-se a Associação Mundo + Limpo, formada por 6 mulheres, incubada desde janeiro de 2009. Esta desenvolve produtos tais como detergentes, desinfetantes, amaciantes, sabão em barra e detergentes em gel a partir do óleo reciclado. Salienta-se que o óleo recolhido pelo Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, implantado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, está sendo direcionado, desde abril de 2010, para a Associação, que obtém, desta forma, razoável quantidade de matéria-prima, o que permite a ampliação de sua produção.

Em julho de 2007, por meio da Cáritas Diocesana de Novo Hamburgo-RS, devido a um projeto financiado pela Petrobrás, as integrantes do grupo receberam capacitações sobre o reaproveitamento de óleo de cozinha. Esse incentivo possibilitou também investimento em insumos para produção, material de divulgação e aulas de química. Na época, o grupo se encontrava na escola Amadeu Rossi, na Vila São Jorge, em São Leopoldo.

No ano de 2008, este grupo de mulheres passou por um processo de pré-incubagem ao Programa Tecnosociais, no sentido de se reconhecer como um grupo de geração de trabalho e renda, para além de um grupo de encontro para socialização de situações familiares, de doenças, etc.

Em meados de 2009, em função da necessidade de aprimoramento dos produtos, foi encaminhado um projeto juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, área de concentração Gerenciamento de Resíduos e o Curso de Gestão Ambiental, para concorrer ao Edital do 12º Concurso Banco Real/Universidade Solidária. Intitula-se “Projeto para Qualificação do Grupo Mundo + Limpo – Aproveitamento de Resíduos na Elaboração de Produtos de Limpeza e Higiene”. O projeto³ foi contemplado com o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), para ser executado em 2010.

Durante o ano foram realizadas melhorias nos produtos já fabricados por meio do desenvolvimento de formulações mais econômicas e implantadas novas linhas, como

³ Participam deste projeto um professor coordenador, vários professores voluntários e 15 estagiários, de diferentes cursos da Universidade: Administração, Comunicação Social, Gestão Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Fisioterapia, Design e Educação Física.

sabonetes aromatizados com essências naturais. Este processo incluiu a aprendizagem da extração das essências e corantes, bem como o preparo dos resíduos utilizados como carga nos sabonetes, que foram realizados no laboratório de Química da Unisinos, com orientação e acompanhamento de professores e estudantes, objetivando o aprendizado tecnológico dos produtos confeccionados e melhorias para a produção.

Na confecção de sabonetes e produtos de limpeza, a essência é considerada uma matéria-prima de custo significativo quando adquirida comercialmente. Desta forma, segundo Hahn et al (2010, p. 20)

[...] se a extração for realizada a partir de resíduos de sementes, folhas, cascas, flores e frutas (limão, laranja, maracujá), reduzirá o custo de confecção dos produtos. A extração é realizada através da técnica de destilação por arraste a vapor. Este método é utilizado, pois se mostra mais eficiente e de menor custo, sendo ainda o mais adequado para a extração de determinadas substâncias. Antes de serem adicionados às formulações, os resíduos orgânicos utilizados como cargas decorativas passam por um processo de secagem em estufa para retirada da umidade.

O equipamento para esta finalidade, adquirido com recursos do edital, está para ser instalado na sede do grupo, que desde março de 2010 possui local definido, em função da cedência de um espaço da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Esta cedência de espaço foi submetida à apreciação da Câmara de Vereadores e aprovada na sessão de 09/10/2009, conforme Lei n. 7000 e, posteriormente, firmado convênio entre Unisinos e Prefeitura Municipal.

Durante o ano de 2010, nas trocas estabelecidas entre as integrantes da Associação e das diferentes iniciativas que apoiam o projeto, já citadas neste texto, observou-se que os produtos a partir da reciclagem de óleo de cozinha necessitam ainda melhorias. Neste sentido, foi renovado o projeto junto ao Banco Real/Universidade Solidária, para todo o ano de 2011.

Configura-se assim a necessidade do fortalecimento das parcerias internas e externas necessárias para a melhor qualificação dos grupos de economia solidária, ressaltando-se principalmente o diálogo entre as várias ciências e que vão além do olhar para a gestão e organização do empreendimento, mas que abarca também o aprimoramento da linha de produtos e produção, exigindo diálogo entre a ciência social e a técnica.

3 Algumas conclusões

Na perspectiva ora apresentada, percebe-se que o Tecnosociais, juntamente com as parcerias construídas tanto interna como externamente, tem contribuído de modo fundamental para o crescimento e para a sustentabilidade da Associação Mundo + Limpo. Quer dizer, sua contribuição busca articular diferentes atividades e contribuir para o

desenvolvimento de tecnologias sociais que integrem as dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, buscando o diálogo entre o ensino, a pesquisa e a extensão, envolvendo de forma ativa e criativa, professores e estudantes das diversas áreas de conhecimento.

Ainda, os saberes oriundos das vivências de cada um dos trabalhadores deixam marcas e formam e conformam o sujeito, assim como formam e conformam os modos de produzir e de reproduzir material, social e culturalmente, como coletividade. Segundo Fischer & Tiriba (2009, p. 295), “nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social”.

Em proporções diferenciadas, é possível perceber criação de tecnologia produzida por quem não possui necessariamente um saber formal, aquele que se poderia entender como saber “acadêmico”, o qual se vale de virtualidades advindas da inteligência na relação desafiadora da atividade de trabalho, para criar saberes, habilidades e competências precisas e necessárias para a realização do trabalho remunerado.

Em relação à renda das mulheres participantes do grupo, até então gerou um aumento que permitiu melhora na qualidade de vida. Porém, os produtos ainda necessitam de melhorias que gerem maior valor agregado e conseqüente aumento da produção, possibilitando assim a inclusão de outras pessoas que se encontram também fora do mercado formal de trabalho e que possam auferir renda por meio de formas associativas.

Referências

- FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p. 292-8.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HAHN, Renata; OGANDO, Claudio; SEVERO, Célia; SCHMITZ, Vera. Mundo + Limpo: uma tecnologia social em construção. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Ana Lúcia Suárez (Org.). *Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. 42 p.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES UNIVALI – ITCP-UNIVALI

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: Leila Andrésia Severo Martins

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Autores:

George Wilson Aiub¹; Leila Andrésia Severo Martins²; Marisa Pigatto³; Arthur Rancatti⁴; Luiz Felipe Reinecke⁵; Luzia Pereira⁶; Márcia Souza⁷; Marianne Medeiros⁸; Tareq Elmasri⁹; Victor Alves¹⁰; Pedro Floriano¹¹.

Resumo

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Univali – ITCP-UNIVALI em vigor desde março de 2008, integra o PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES – PRONINC. Compõe um dos eixos do UNIINOVA – Núcleo de Inovação Tecnológica Univali, o Empreendedorismo, e tem como missão favorecer o desenvolvimento do empreendedorismo autogestionário, oportunizando a inserção em cadeias produtivas locais e regionais, e, conseqüentemente, contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável desses empreendimentos, nos aspectos econômico, social e ambiental. A ITCP-UNIVALI tem consolidado seu trabalho em Economia Solidária, e neste sentido tem priorizado o atendimento das famílias em situação de risco social, agricultores urbanos e periurbanos desempregados, mulheres em condições de vulnerabilidade, jovens, idosos, grupos organizados em cooperativas e associações, e outros. A metodologia adotada no desenvolvimento dos trabalhos abarca as Tecnologias Sociais, compreendidas como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. Desta forma, os princípios de autonomia, participação, cooperação devem estar permanentemente permeando os processos da incubadora universitária de Empreendimento de Economia Solidária - EES, garantindo assim possibilidades de desenvolvimento de autogestão por parte dos empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Tecnologias Sociais; Inclusão Social.

1. Introdução

A Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, inserida no processo de desenvolvimento regional, vem articulando e fomentando projetos de pesquisa e extensão universitária, com enfoque na autosustentabilidade dos movimentos sociais. Nesta perspectiva, o município de Itajaí registra uma longa trajetória de mobilização social voltada para a economia solidária. Contudo, apesar da identificação de grupos populacionais engajados em empreendimentos dessa natureza, evidenciou-se uma fragilidade desses movimentos no sentido da estruturação de atividades econômicas com um nível de rentabilidade que proporcionasse uma melhoria significativa da qualidade de

vida destas populações, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, identificou-se pouca vinculação das atividades econômicas desenvolvidas por esses empreendimentos aos arranjos produtivos locais, regionais, estaduais, nacionais e globais. Por outro lado, a Universidade do Vale do Itajaí estabeleceu dentre as suas diretrizes de extensão universitária um eixo de formação voltado ao empreendedorismo, refletido não só em suas atividades acadêmicas, bem como estendendo essa perspectiva às comunidades integrantes de seu espectro geopolítico. O trabalho desenvolvido pela ITCP-UNIVALI está pautado em três grandes diretrizes que são a promoção da formação dos envolvidos nos processos de incubação: docentes, discentes, técnicos, multiplicadores e integrantes dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES); o incremento para a geração de trabalho e renda por meio da incubação dos EES, em consonância com os princípios da autonomia e da autosustentabilidade e, por fim, o fomento na articulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional, com ênfase à Economia Solidária e ao Empreendedorismo. Portanto, o presente trabalho visa abordar a atuação da ITCP Univali com intuito de expor a viabilidade dos empreendimentos de economia solidária.

2. Material e Metodologia

Como referencial metodológico a ser utilizado no desenvolvimento deste projeto abordam-se as Tecnologias Sociais, como um "conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida" (OTERO, 2004). Desta forma, os princípios de autonomia, participação, cooperação devem estar permanentemente permeando os processos da incubadora universitária de EES, garantindo assim possibilidades de desenvolvimento de autogestão por parte dos empreendimentos.

Num contexto histórico, a Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores em busca da concretização e vivência de novas relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.(SINGER, 2002)

Este movimento social é caracterizado por possuir relações de colaboração solidária, inverte a lógica de acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular, buscando inspiração nos valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica.

As manifestações da Economia Solidária são diversas, de acordo com Singer (2003), dentre as quais se destacam: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; entidades e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); empresas recuperadas e de autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras iniciativas. Para Gaiger(2004) a economia solidária mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade

econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extraeconômicos.

Nesta visão, a cooperação na gestão e no trabalho, ao invés de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista. A visão de Gaiger alinha-se uma forma social de produção, em que a estrutura é baseada no trabalho consorciado, em favor dos próprios produtores e confere a questão de eficiência produtiva uma visão bem mais ampla, abrangendo também o direito da igualdade da qualidade de vida e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

Desta forma, os princípios de autonomia, participação, cooperação devem estar permanentemente permeando os processos da incubadora universitária de EES, garantindo assim possibilidades de desenvolvimento de autogestão por parte dos empreendimentos.

3. Resultados e Discussões

A ITCP-UNIVALI vem consolidando seu trabalho no atendimento de empreendimentos econômicos na área da Economia Solidária, e conta com uma equipe de trabalho, com o suporte de cinco bolsistas de extensão que exercem prioritariamente, as atividades de campo no apoio aos EES; juntamente com três professores que fazem o apoio técnico e administrativo da ITCP. Sempre que necessário a ITCP-UNIVALI busca em outras áreas da Univali, suprimentos técnicos para o atendimento das demandas.

Assim, como resultado do seu trabalho, pode citar a constituição da equipe operacional - professores e bolsistas; levantamentos e diagnósticos dos EES; realização do planejamento estratégico e operacional do CEPESI; estruturação e formação do Grupo da Cozinha Comunitária da Associação Vovó Anália; realização de diagnóstico logístico do fluxo operacional da Cooperfoz; diagnóstico do Grupo Artistas do Vale; apresentação de trabalhos em congressos; participação no Projeto Rondon Etapa Centro-Nordeste 2010 e 2011; participação nas redes de Economia Solidária: Rede Nacional de ITCPs; participação em fóruns regionais (Resvi e Fórum Litorâneo) e estaduais da Economia Solidária; participação em feiras municipais, regionais, estaduais e nacionais; organização de eventos na Economia Solidária e também o apoio ao Mapeamento Regional de Economia Solidária 2009; participação na organização do 4º CPEASUL – Colóquio de pesquisadores de educação ambiental da região sul; participação na elaboração do Levantamento junto aos EES – CEPESI, para o DRS do Banco do Brasil e participação no III Congresso da Rede Nacional de ITCPs.

Ainda como perspectiva para 2011, a equipe da ITCP-UNIVALI apresenta a proposta de alargamento da abrangência geográfica deste projeto, estendendo suas atividades também para o eixo da Grande Florianópolis. Isto se deve ao fato de que são muitas as demandas apresentadas à ITCP-UNIVALI, oriundas dessa região, visto a inexistência de uma incubadora universitária na área, a presença do movimento de economia solidária e de vários EES situados na região, porém em um processo inicial de

organização. Aspectos que apontam para a necessidade de apoio e assessoria nos processos de organização da economia solidária nesta região.

Como parceiros da ITCP-UNIVALI, podemos citar a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE); Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs; Fórum Catarinense de Economia Solidária; Prefeitura Municipal de Itajaí; Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí; Fórum Litorâneo de Economia Solidária e mais recentemente a ITCP/FURB, o Núcleo de Estudos e Práticas em Economia Solidária da Universidade Federal de Santa Catarina e o Conselho Municipal de Economia Solidária de Itajaí.

A ITCP Univali tem como público-alvo famílias em situação de risco social, agricultores urbanos e periurbanos, desempregados; mulheres em condições de vulnerabilidade, jovens, idosos, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, grupos organizados em cooperativas e associações, e outros; considerando um público de 120 pessoas envolvidas diretamente e 500 de forma indireta.

4. Conclusão

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a economia solidária vem se apresentando, desde a última década, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas, autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Portanto, a ITCP Univali, está voltada à promoção da Economia Solidária, favorecendo o desenvolvimento do empreendedorismo autogestionário, oportunizando a inserção em cadeias produtivas locais e regionais, e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desses empreendimentos, nos aspectos econômico, social e ambiental e para a construção de um referencial teórico e metodológico para processos de incubação de EES.

Portanto, a Economia Solidária está ampliando cada vez mais o seu espaço político, com a atuação da ITCP Univali nas políticas públicas, em razão de organização das diversas audiências públicas alusivas ao tema, e espaço institucional, por intermédio de leis que garantem uma tutela para a sua prática, pois trabalhos nobres merecem espaços nobres.

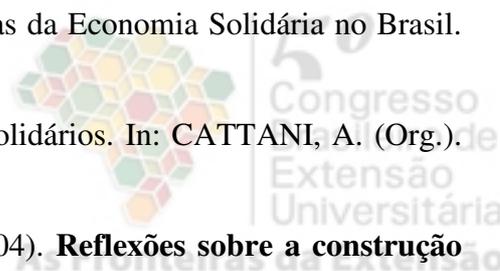
Referências

CATTANI, Antônio D. (org.) (2003). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores.

GAIGER, Luiz I. (org.) (2004). Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GAIGER, L. (2003). Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). A Outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143.

OTERO, Martins Rillo; JARDIM, Fabiana Alves (2004). **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social.** In: Tecnologia social: uma estratégia para o



desenvolvimento. Brasília: Fundação Banco do Brasil.

SINGER, Paul I (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (orgs.) (2000). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.

SINGER, P. (2003). Economia Solidária. In: CATTANI, A. (Org.). A Outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 116-125

Notas

¹ Docente das áreas de gestão, empreendedorismo social. Colaborador na ITCP-Univali, atuando na assessoria e formação na área de gestão e planejamento.

² Docente das áreas socioambientais, psicologia organizacional. Coordenadora da ITCP-Univali e Coordenadora da ITCP-Univali.

³ Docente nos Cursos de Administração, com atuação na área de finanças corporativas. Colaboradora na ITCP-Univali na assessoria de finanças.

⁴ Acadêmico do curso de Comércio Exterior - Univali Campus Itajaí

⁵ Acadêmico do curso de Direito - Univali Campus Itajaí e membro do Comitê do Centros de Formação em Economia Solidária – CFES.

⁶ Acadêmica do curso de Direito - Univali Campus Itajaí

⁷ Acadêmica do curso de Psicologia - Campus Univali e Presidente do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – CePESI

⁸ Acadêmica do curso de Engenharia Civil - Univali Campus Itajaí

⁹ Acadêmico do curso de Direito – Univali Campus Balneário Camboriú

¹⁰ Acadêmico do curso de Fisioterapia - Univali Campus Itajaí

¹¹ Docente, Gerente de Extensão da Univali.

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DE AGRICULTORES FAMILIARES E JOVENS DO CAMPO: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA COOPERRICA

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo Trabalho: Dimas de Oliveira Estevam - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Autores: Dimas de Oliveira Estevam¹; Liara Darabas Ronçani²; Rossandra Oliveira Maciel³

Resumo: Este artigo trata da experiência de um projeto de extensão vinculado ao Paes (Programa de Ações em Economia Solidária) da Unesc, que teve por objetivo integrar ações educativas, administrativas e técnicas para criar uma Cooperativa de Agricultores Familiares no Sul do Estado de Santa Catarina. As atividades desenvolvidas resultaram na criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari (COOPERRICA) que abrange os municípios de Armazém, Gravatal, São Martinho, São Bonifácio e Tubarão. As ações foram realizadas durante o ano de 2010, através de reuniões periódicas nos municípios, cursos, visitas técnicas, em que foram abordados os pressupostos da economia solidária, os princípios do cooperativismo e do Cooperativismo Virtual ou não patrimonial. A Cooperrica se caracteriza como uma cooperativa virtual em função da produção ser descentralizada e a comercialização ser realizada de forma conjunta. A grande inovação deste modelo é autonomia de cada cooperado nas tomadas de decisões, cabendo à Cooperativa o suporte na comercialização, na aquisição de insumos, entre outras funções. A Cooperrica deve desempenhar também papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem dos jovens da Casa Familiar Rural de Armazém. Os resultados alcançados possibilitaram aos membros envolvidos maior articulação entre si, a compreensão dos pressupostos da Economia Solidária e do Cooperativismo Virtual e, a necessidade de trabalharem em cooperação para permanecerem no campo com dignidade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativismo Virtual e Autonomia.



¹ Doutor em Sociologia Política e docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

² Graduanda de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

³ Graduanda de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

1. INTRODUÇÃO

Frente ao imenso preconceito existente com relação ao meio rural, principalmente no que diz respeito à educação e políticas públicas, surgiu a luta pela melhoria da educação do campo, que tem por objetivo garantir o direito dos povos do campo a ter o seu próprio modelo de ensino, a fim de reverter esta imagem negativa e preconceituosa e, ao mesmo tempo, resgatar a autoestima dos agricultores familiares.

No Brasil existem várias experiências de Educação do Campo, entre elas destaca-se a Casa Familiar Rural (CFR) de Armazém, situada no município em Santa Catarina. Criada em 2003, a CFR é uma organização não-governamental voltada para a formação dos jovens do campo, abrangendo quatro municípios (Armazém, Gravatal, São Bonifácio e São Martinho). A entidade é formada e administrada por uma associação de famílias de agricultores; cuja manutenção é realizada por uma rede de parcerias, com destaque para as seguintes entidades e organizações: prefeituras municipais, Epagri, Secretaria de Estado da Educação, pais de alunos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outros (ESTEVAM e SILVA, 2007).

Os objetivos da CFR estão pautados nos seguintes princípios: economia solidária, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, associativismo, geração de emprego e renda no campo, entre outros temas.

Embora a CFR proporcione uma excelente formação aos jovens, estes têm encontrado grandes dificuldades de se inserirem ou se manterem no mercado de trabalho. O que se tem observado junto aos jovens egressos da CFR é que a formação é adequada, mas o local em que o jovem está inserido é pouco propício ao seu desenvolvimento. Por isso é preciso criar ambientes mais favoráveis, para que os jovens possam desenvolver suas potencialidades e permanecer no campo com qualidade de vida.

Com o objetivo de facilitar a inserção dos agricultores no mercado, surgiu a ideia da criação de uma cooperativa, para tanto o papel de articulação com a universidade é imprescindível. Diante disto o objetivo da execução do projeto foi discutir com as comunidades rurais a criação de uma Cooperativa Virtual ou não patrimonial.

Diferentemente das cooperativas tradicionais, as Cooperativas Virtuais ou não patrimoniais tem como função maior dar cobertura jurídica e legalidade à instalação de unidades descentralizadas de produção, realizadas através de contrato de comodato entre a cooperativa e o associado comodatário. A grande vantagem deste modelo é que as decisões

de como produzir e administrar a produção ficam a critério do associado, cabe a Cooperativa Virtual dar cobertura na parte de comercialização e fornecimento de documentação fiscal, entre outras funções (GUMARÃES JUNIOR, 2002).

Realizou-se uma reunião com os monitores da CFR para discutir a possibilidade da criação de uma cooperativa seguindo o modelo virtual, existente já em outras localidades próximas. Depois disto, foi encaminhado um projeto de extensão para um edital da Unesc, com a finalidade de fomentar a extensão na instituição, sendo aprovado para execução durante o ano de 2010. O projeto foi abrigado, dentro da universidade, pelo PAES – Programa de Ações em Economia Solidária, que visa a desenvolver estudos e ações voltadas para emancipação social e para o trabalho digno, seguindo os pressupostos da Economia Solidária. Desta forma o projeto foi desenvolvido, com o apoio da UNESCO que, além viabilizar as viagens na região, também financiou os bolsistas, apoio sem o qual as atividades não poderiam ter sido realizadas; e com o apoio do PAES, que no decorrer do ano promoveu discussões com vistas a fomentar o estudo sobre Economia Solidária na Universidade e na comunidade local.

O objetivo do trabalho desenvolvido pelos professores e alunos foi o de contribuir e somar forças com o trabalho realizado pela CFR, a Epagri e as prefeituras; visou-se ainda a integração de ações educativas, administrativas e técnicas para a criação de uma Cooperativa virtual nos municípios de Armazém, Gravatal, São Martinho e São Bonifácio, com ênfase nos postulados de economia solidária e do cooperativismo, proporcionando aos jovens formados na CFR, melhores condições para a permanência no campo.

2. MATERIAL E METODOLOGIA

Grande parte das atividades foram desenvolvidas no auditório da CFR de Armazém, ambiente de melhor acesso para os agricultores dos municípios locais, para os representantes da Epagri, das prefeituras, da UNESCO e da casa familiar.

Os procedimentos pautaram-se na realização de muitos encontros e reuniões entre a diretoria da CFR, os professores e bolsistas da universidade, os agricultores locais, os jovens e pais da CFR, os representantes da Epagri e das prefeituras dos municípios de Armazém, Gravatal, São Martinho e São Bonifácio.

Foram promovidas, além das reuniões, palestras e cursos abordando o cooperativismo virtual, o objetivo era tornar o modelo conhecido por todos os interessados. Com a mesma finalidade organizou-se uma visita à uma cooperativa virtual próxima, a Coofanove, em Nova Veneza – é a cooperativa mais antiga e bem sucedida da Região da

Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) e uma das pioneiras do Estado nesta modalidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

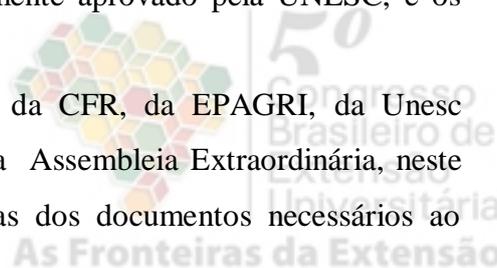
As primeiras reuniões foram realizadas com objetivo de planejar as atividades a serem desenvolvidas para dar início a criação da cooperativa. A cada reunião em que se as questões sobre o cooperativismo virtual eram abordadas, o número de participantes ia aumentando.

Após as reuniões preliminares os encontros passaram a ser feitos em cada município, seguindo a mesma composição de participação. A Regional da Epagri de Tubarão convocou a equipe do Paes para que detalhasse o projeto, porque no município havia agricultores interessados em formar uma cooperativa, e, a partir de então, Tubarão passou a integrar o projeto. O próximo passo foi reunir agricultores e lideranças, interessados no projeto, para conhecer experiências em funcionamento. As delegações foram montadas por município para conhecer as Cooperativas Virtuais. A primeira a ser visitada foi a a Coofanove, em Nova Veneza. Depois de conhecer na prática, foi realizada uma nova rodada de reuniões por município para rediscutir a proposta e fazer um censo dos interessados, em que se verificou que havia possibilidade concreta para a criação da cooperativa.

Após todos os interessados terem conhecido o funcionamento e os procedimentos de uma cooperativa virtual, os professores e bolsistas incentivaram a realização de uma Assembleia Geral para que fosse fundada a cooperativa. O encontro ocorreu dia 30 de setembro no auditório da CFR, os objetivos contidos na pauta eram: discutir e aprovar o nome e o estatuto da cooperativa; eleger a diretoria e o conselho fiscal; debater assuntos gerais, entre eles o que seria produzido pela cooperativa.

No final de 2010 as atividades da Universidade junto à cooperativa e a Casa Familiar foram interrompidas em função do término do projeto de extensão, porém os cooperados comprometeram-se em dar continuidade ao procedimento para a fundação da cooperativa. No entanto, em 2011, o projeto é novamente aprovado pela UNESC, e os professores e as bolsistas voltam a contribuir.

Assim no dia 14 de Abril os representantes da CFR, da EPAGRI, da Unesc reuniram-se junto aos cooperados para realizarem uma Assembleia Extraordinária, neste dia foram pagas as cotas, e providenciadas as cópias dos documentos necessários ao registro.



Assim foi fundada a Cooperrica. A partir do registro na junta comercial, os associados já poderão comercializar livremente seus produtos. Entretanto, é bom ressaltar que a cooperativa não tem lucro, tem sobras. O cooperativismo é uma oportunidade para os agricultores familiares melhorarem sua qualidade de vida. Foi desenvolvido também o logotipo da Cooperrica. Este deve estar presente em todos os produtos comercializados por todos os sócios. A ideia é que se fortaleça a marca regional da Cooperativa.



4. CONCLUSÕES

Como descrito ao longo do texto, as atividades se encerram em 2010 com a criação da Cooperrica e encaminhamento da documentação para os órgãos competentes, neste sentido o projeto alcançou os objetivos traçados para o ano. Em 2011, a proposta é conseguir a legalização da Cooperrica, depois a etapa seguinte será capacitar os cooperados para se adequarem a legislação vigente em termos de comercialização de seus produtos junto às prefeituras e no comércio em geral; criar os núcleos cooperativos descentralizados nos municípios; bem como, incentivar estes núcleos a implantarem (ou revitalizar) a feira livre municipal em cada municípios de abrangência da Cooperrica, oportunizando a comercialização da produção e o fortalecimento dos laços de cooperação entre os associados. Os resultados alcançados com o desenvolvimento das atividades possibilitaram aos membros envolvidos maior articulação entre si e compreensão dos pressupostos da Economia Solidária e do Cooperativismo Virtual e a necessidade de trabalharem em cooperação para permanecerem no campo.

REFERÊNCIAS

ESTEVAM, Dimas de O. e SILVA, Ricardo H. **A formação da juventude rural e pesqueira com base na Pedagogia da Alternância no Contexto Sul Catarinense**. Rio de Janeiro: II Encontro da Rede de Estudos Rurais de 11 a 14 de setembro de 2007. CD-ROM.

GUIMARÃES JUNIOR, José Custodio S. **Área de organização rural**: encontro de produtores rurais de Ponta Grossa- PR. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em 02 mar. 2010.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA VILA DONÁRIA/PF-RS: TERRITÓRIOS, SUJEITOS E DEVIRES

Responsável pelo trabalho: N. DE SOUZA;

Instituição: UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)

Autores: Natália Viega de Souza; Robert Filipe dos Passos; Pedro H.C. Sitta; Clenir Maria Moretto; Hélio Possamai.

Resumo

O projeto Economia Solidária na Vila Donária/PF-RS: Territórios, sujeitos e devires está sendo desenvolvido desde o ano de 2005, vinculado à política de extensão da Universidade de Passo Fundo. Trata-se de um projeto de caráter transdisciplinar, o qual considera as profundas transformações do mundo do trabalho e suas implicações físicas e psíquicas nas histórias de vida de pessoas e famílias que vivenciam o desemprego e ou a precarização do acesso ao trabalho. O mesmo sustenta-se metodologicamente em dois principais eixos: a clínica ampliada e a economia solidária. Os objetivos deste projeto consistem em defender, proteger e promover o direito ao trabalho às pessoas residentes na Vila Donária, no município de Passo Fundo – RS, bairro onde se concentram sujeitos em situação de vulnerabilidade social e econômica no município. Em 2011, encontra-se em processo de legitimação, ações propostas no âmbito do cuidado a saúde mental de sujeitos e famílias que vivenciam o desemprego e as múltiplas formas de precarização de acesso ao trabalho; bem como ações pautadas na perspectiva da economia popular solidária. O projeto compreende o assessoramento de um grupo de geração de trabalho e renda, o qual confecciona sub-produtos do papel reciclado.

Palavras chave: trabalho, economia solidária, saúde mental; transdisciplinariedade.

Introdução:

O público beneficiado pelo Projeto constitui-se de sujeitos e famílias que vivenciam o desemprego e o não trabalho, residentes na Vila Donária, município de Passo Fundo/RS. A escolha dessa localidade teve como ponto de referência o diagnóstico participativo, realizado pelo curso de Serviço Social da UPF em parceria com a UPFTV – Canal de Participação Comunitária, iniciado em 2007 e concluído e publicado em 2008. Este estudo, de caráter qualitativo, foi realizado junto a oito bairros do município cujos indicadores econômicos e sociais identificaram “pontos críticos” com altos níveis de vulnerabilidade social. Também foram trazidos para o presente projeto, dados de pesquisas realizadas por docentes e discentes entre 2008 e 2009, os quais apontam para necessidade de problematização desta realidade, onde se percebe progressiva precarização do trabalho das pessoas residentes nesta comunidade.

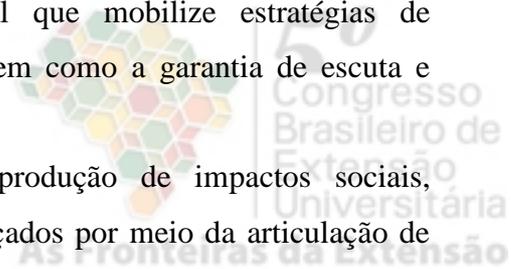
Como principais fragilidades do bairro, as famílias participantes do diagnóstico colocaram a questão do trabalho e do emprego como algo a se priorizar na formulação de políticas sociais, bem como a questão da segurança pública, considerando que uma das principais fontes de renda advém do tráfico no local.

Partindo de estudos mais detalhados, observa-se que a realidade tomada como objeto de trabalho projeto constitui-se, fundamentalmente, da experiência da precarização do acesso ao trabalho, do desemprego e suas implicações na vida de sujeitos e famílias. Sendo assim, considerando elementos do diagnóstico, como também de uma pesquisa de caráter qualitativo realizada (BORGES E SANDRI, 2009), coloca-se como problemáticas circunscritas àquela realidade, o trabalho infantil; a ausência ou insuficiente qualificação profissional (analfabetismo em alguns casos) para a procura de postos de trabalho; o sofrimento psíquico e doenças relacionadas (depressão, alcoolismo, psicoses, tentativas de suicídio, fragilização dos vínculos familiares). Dentre os sujeitos que participaram do diagnóstico e também da pesquisa qualitativa, os aspectos enfatizados relacionam-se com sentimentos de incapacidade de acompanhar as transformações e exigências do mundo do trabalho, acrescidas da incapacidade de prover as necessidades econômicas familiares, os quais também foram descritos nas vivências permeadas de preconceito social e geográfico por quem mora no bairro.

Atualmente o projeto faz um trabalho de assessoramento à Associação de Mulheres Amigas da Vila (AMAV). Este grupo visa, na perspectiva da economia solidária, a geração de trabalho e renda, e constitui-se unicamente por mulheres. Observa-se, a partir das vivências das integrantes do grupo, a fragilização identitária e a apatia com que vivem os moradores da comunidade.

Salienta-se que é comum, no processo inicial de acolhimento a essas mulheres, a existência de uma visão fatalista de futuro e de descrença em relação à possibilidade de inserção no mundo do trabalho. Trata-se da construção de uma cultura da desvalia, tanto pessoal quanto coletiva, relacionada aqueles que residem na Vila Donária, o que por sua vez, indica a necessidade de um trabalho social que mobilize estratégias de fortalecimento de laços familiares e comunitários, bem como a garantia de escuta e acolhimento nas vivências de sofrimento.

O presente projeto tem como desafio a produção de impactos sociais, econômicos e ambientais, os quais poderão ser alcançados por meio da articulação de dois principais eixos de ações. No que tange à dimensão social, define-se como



perspectiva principal, a constituição de espaços de auto-gestão por meio dos grupos terapêuticos e também de inserção produtiva, tendo em vista a problemática da exclusão política, geográfica e social. A garantia ao acolhimento, a orientação a pessoas e famílias em vulnerabilidade faz parte dos objetivos do projeto. Também espera-se a ampliação do acesso aos direitos sociais por meio da informação disponibilizada e da articulação com as redes de políticas sociais que se fazem necessárias considerando a realidade em questão. No que tange ao segundo eixo, da dimensão econômica, espera-se o alcance da auto-sustentabilidade do grupo de inserção produtiva e sua vinculação com o mercado local, regional e nacional. Objetiva-se ainda a formação de um grupo terapêutico, onde se espera a construção de modos de subjetivação que possibilitem o exercício da autonomia dos sujeitos, a fim de que os mesmos possam se inserir produtivamente no mundo do trabalho.

Metodologia:

A metodologia de implementação do projeto sustenta-se em dois eixos teóricos básicos: primeiramente, no conceito de clínica ampliada, o qual pressupõe a transdisciplinaridade, a ruptura com modelos da prática clínica tradicional, de caráter individualizado e disciplinar, e incentiva a criação de práticas sociais descentralizadas, com abertura institucional e sustentadas por uma rede de saberes múltiplos que produzam efeitos subjetivos e também comunitários.

O projeto constitui-se de professores e alunos-estagiários de Psicologia e Serviço Social. Uma vez que a prática é de caráter transdisciplinar, todas as intervenções são feitas com no mínimo um membro da equipe de cada disciplina, buscando atuar a partir de diferentes olhares. A equipe também conta com o trabalho de uma docente do curso de Artes Visuais, que colabora tanto no que diz respeito à capacitação profissional do grupo que confecciona sub-produtos do papel reciclado, quanto nos momentos de discussão.

Esta proposta metodológica parte de premissas existentes em diferentes políticas sociais, fundamentalmente a política nacional de saúde mental, constituindo-se um elemento inovador e produtor de práticas de cuidado que visam o contexto, a família e os processos de autonomia e superação dos sujeitos em sofrimento.

Como segundo eixo teórico, destaca-se a metodologia que parte do movimento institucionalista (Baremblytt, 1994), a qual prevê processos de auto-análise e auto-gestão. Tal metodologia é associada aos princípios da economia solidária, quando as ações de formação/capacitação e inserção produtivas estão previstas a partir do desenvolvimento de habilidades gerais e específicas direcionadas para a produção e ao mesmo tempo para a gestão do trabalho.

Resultados e discussão:

Considerando o projeto estar em andamento, enfatiza-se que sob a forma de uma experiência piloto, conseguiu-se identificar que a execução das principais etapas do projeto vem produzindo mais impacto social na comunidade, se considerada a idéia de simultaneidade e processualidade. Ou seja, a articulação entre as ações referentes aos processos de prevenção do adoecimento decorrente do trabalho e as ações de inserção produtiva é fundamental para o êxito do projeto como um todo.

Importante observar que essa realidade vem sendo objeto de discussão junto aos espaços da universidade, mas pouco enfrentada pelo poder público em termos de políticas efetivas. Nesses anos de vínculo com esta comunidade, constata-se a insuficiência de políticas sociais sob a forma de programas e projetos que tenham como finalidade a inserção e reinserção desses sujeitos no mundo do trabalho, quando a reestruturação produtiva exige um perfil de trabalhador que possui além de escolaridade, qualificação e habilidades diversas.

Por outro lado, percebemos uma dificuldade não esperada no andamento do projeto. Esses sujeitos, que são o público alvo, em muitos momentos do processo, pareceram querer “boicotar” o andamento do mesmo, por meio de ações como a não participação, a saída do grupo, a dificuldade em deixar que novos membros fizessem parte do grupo. Além disso, a dificuldade do grupo em publicizar as produções parecia indicar a descrença do mesmo em relação as suas potencialidades na incubagem de um grupo de economia solidária. Em uma análise mais aprofundada, a equipe percebeu que se trata de um percurso que exige, ao invés da culpabilização, a construção de uma cultura que reconheça os princípios da econômica solidária como parte daquela realidade. Significa dizer que, os sujeitos que são construídos por meio de práticas

subjetivadoras que colocam o emprego formal como única possibilidade de inserção no mundo do trabalho, precisam vivenciar um novo processo de formação voltado para a produção solidária. Sendo assim, os “boicotes” quando colocados em discussão com o grupo, podem ser ressignificados à luz de conceitos como o movimento instituinte, o que pressupõe o enfrentamento de resistências para a consolidação de novas práticas sociais. Importante sinalizar que essas questões produziram ansiedade e sentimentos de impotência tanto na equipe transdisciplinar como no grupo de econômica solidária. Porém, estes receios nunca foram determinantes para a equipe desistir do trabalho. A persistência da equipe, e principalmente destas mulheres advém da crença de que estas dificuldades são implicações da própria transformação das representações destes sujeitos, e que a subjetivação, a formação de uma identidade, são aspectos que também fazem parte deste processo. O projeto sinaliza significativas possibilidades de aprendizagem para alunos da Psicologia e do Serviço Social, os quais podem, no exercício da extensão universitária, contribuir na criação de metodologias de trabalho social.

Referências:

BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise ... São Paulo: Editora Brasiliense, 1994

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Ambiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. – Brasília; Editora do Ministério da Saúde, 2006. 32 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

MARTINS, José S. A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e Classes Sociais- Int. e cap. I, Petrópolis , RJ: Vozes.2002.

SANDRI, Rafaela e BORGES, Emanuele. Trabalho de Conclusão de Curso. Passo Fundo, 2009.



GERAÇÃO DE RENDA: MULHER SEMPREVIVA

Área temática: trabalho

Instituição: Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

Autores: MORGENSTERN. Elenir¹; HERMES. LETICIA²; EVERLING. Marli³.

RESUMO

Este artigo reúne considerações acerca da vivência e experimentações oportunizadas pelo trabalho junto ao Projeto de Extensão Geração de Renda: Grupo SempreViva, que há cinco anos consecutivos desenvolve-se na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. O projeto, configurando-se em uma parceria entre Univille e Secretaria de Assistência Social, objetiva proporcionar às integrantes, acesso a conhecimentos técnicos e estéticos em serigrafia, patchwork, modelagem e costura, projeto de produto e projeto de programação visual, com vistas a geração de trabalho e renda. A metodologia aplicada consiste na inscrição anual de 30 mulheres, oriundas de famílias consideradas de baixa renda, reunidas semanalmente, sob a orientação de professores e estagiários do Curso de Design. Seu objeto principal versa na utilização de ferramentas metodológicas do campo do design para o desenvolvimento de novos produtos. Ao propormos a aproximação entre o fazer artesanal e o saber acadêmico, entendemos como evanescentes as fronteiras entre as diferentes culturas. Um destaque do projeto são as parcerias estabelecidas, que contribuem por meio de doações dos materiais utilizados nas oficinas, enfatizando o seu caráter sócio-ambiental. O projeto tem apresentado resultados motivadores, tanto no tocante à participação *in loco*, como na comercialização das peças produzidas. Ainda, tem contribuído para o desenvolvimento da auto-estima das participantes e possibilitado novas inserções junto às suas comunidades de origem, expandindo o público atingido.

Palavras-chave: mulher; trabalho; design.

1. INTRODUÇÃO

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, nas últimas décadas, configura-se, de acordo com Araujo (2005), em demarcação das mudanças sociais e culturais que estão ocorrendo em nosso país. Do ponto de vista econômico, é preciso considerar a deteriorização dos rendimentos do trabalho e o aumento das taxas de desemprego que refletem o desempenho insatisfatório da economia, desde os anos 1980 (OLIVEIRA, 2006). Além disso, o declínio da taxa de fecundidade, que vem sendo observada desde a década de 1960, possibilitou a redução do tempo gasto pelas mulheres nas tarefas domésticas possibilitando-lhes a inserção no mercado de trabalho. Da ótica sócio-cultural, o aumento da participação feminina resultou das transformações do papel social da mulher, cuja explicação está no maior acesso a educação, nas novas oportunidades de trabalho e, principalmente, no movimento geral da mudança de valores que a sociedade vem

1 Professora no Curso de Design da UNIVILLE e coordenadora do projeto 'Geração de renda: mulher SempreViva' .

2 Aluna do Curso de Design com Habilitação em Moda – UNIVILLE - e estagiária do projeto

3 Professora no Curso de Design da UNIVILLE e responsável pela gerência da imagem do projeto SempreViva.

atravessando desde os anos 70. Todos esses elementos contribuíram para alterar a identidade feminina.

O projeto Mulher SempreViva, considerando os aspectos destacados (maternidade, afazeres domésticos, baixa escolaridade de mulheres mais pobres, menor *status* e menor valor para determinadas profissões ocupadas pelas mulheres; escassez de alternativas para mulheres acima de 40 anos), visa contribuir socialmente proporcionando a um grupo feminino, com dificuldade de inserção profissional (cadastradas na Secretaria de Ação Social), qualificação profissional com vistas ao empreendedorismo. Entende-se, conforme APARO e SOARES (2007), que o design como atividade de projeto pode valorizar o contexto produtivo artesanal formando-lhe as bases estratégicas e metodológicas para que consiga operar no âmbito do mercado contemporâneo, por meio de uma interpretação cuidadosa e eficaz da realidade produtiva analisada. A capacitação técnica e estética para o desenvolvimento de novos produtos, com utilização de saberes oriundos do campo do design, possibilita a geração de trabalho e renda (sem obrigatoriedade de ingresso formal no mercado de trabalho) individual ou por meio de futura constituição de cooperativa.

2. HISTÓRICO/METODOLOGIA

O Projeto SempreViva vem sendo proposto e desenvolvido, ininterruptamente, desde 2007. Nos anos 2007 e 2008 a proposta foi vinculada ao grupo Girassol, mantido pela Secretaria de Assistência Social de Joinville. Assim, desenvolveu-se com a seguinte nomenclatura: Geração de Renda: Grupo girassol. Em 2009, com a posse do novo governo eleito para Joinville, outra equipe assumiu a responsabilidade do grupo Girassol, junto a Secretaria de Assistência Social. Durante uma das reuniões, entre representantes da Univille e da Secretaria, essa nova equipe sugeriu que o projeto desenvolvido na Universidade tivesse um nome próprio, desvinculado ao nome do Girassol, afim de que as divulgações na mídia não confundissem as atividades específicas das duas instituições. Assim, os professores e estagiários envolvidos com o projeto investigaram novas possibilidades para o nome do projeto. A partir de atividades conduzidas com as participantes do projeto, visando evidenciar associações que elas gostariam que o novo nome provocasse, destacaram-se os seguintes valores: união, singeleza, força e determinação das mulheres que investem esforços para expandir seu horizonte de saberes e contribuir com ampliação da renda familiar. A partir destes conceitos escolheu-se o nome “Geração de renda: Mulher SempreViva”, aprovado por unanimidade.

Em termos metodológicos, o projeto tem seguido, nos últimos três anos, uma dinâmica similar, que envolve (a) divulgação do projeto e inscrição do público alvo: sendo inscritas, em média, 30 mulheres, interessadas no projeto (cadastradas junto a Secretaria de Assistência Social de Joinville); (b) capacitação dos estagiários: os estagiários remunerados e voluntários são capacitados,

para participação no projeto, por meio de palestra e oficinas práticas em serigrafia; (c) planejamento das oficinas: ocorrem reuniões, entre os professores integrantes do projeto, para planejamento interdisciplinar e refinamento das metas e conteúdos; (d) desenvolvimento de 8 oficinas: as oficinas programadas (desenvolvimento da capacidade criativa, serigrafia, *silk-screen*, *patchwork*, projeto de produto, programação visual, modelagem, costura e *marketing*) desenvolvem-se em torno de um projeto de ensino interdisciplinares.

No primeiro semestre, cada oficina capacita técnica e esteticamente os participantes em conhecimentos conforme sua ementa e, a partir do segundo semestre, e isto é demarcado com a disciplina de Projeto de Produto, as integrantes do projeto desenvolvem o projeto para um novo produto, com foco interdisciplinar, e passam a aplicar, durante o desenvolvimento deste, todos os conhecimentos adquiridos nas oficinas ministradas anteriormente. Assim, cada professor, em sua área de conhecimento, fica responsável por uma etapa do projeto interdisciplinar: a disciplina de Projeto de Produto ocupasse com o projeto, que é também discutido entre todos os professores; a disciplina de Projeto de Programação Visual focaliza a integração entre os elementos visuais que serão aplicados e a forma do produto; a disciplina de Serigrafia preocupa-se com as possibilidades de impressão gráfica no produto; as oficinas de Modelagem e Costura efetivam o desenvolvimento dos modelos, protótipos e posteriormente, do produto em tiragem específica para uma primeira venda, que é feita na própria universidade, geralmente durante a Semana da Comunidade; a disciplina de Gestão versa acerca das variáveis de precificação, venda e pós-venda.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2007, com o foco, direcionado para o público feminino, atendeu 20 mulheres de famílias com ganho até meio salário mínimo per capita, entre 18 e 59 anos, sem qualificação profissional e com baixa escolaridade. O projeto investiu na qualificação profissional permanente das artesãs, objetivando inserção social das integrantes (pela geração de ocupações produtivas e de renda). Nas oficinas desenvolvidas, as integrantes produziram artefatos, para participação em feiras e exposições, comercializando-os: bolsas (desenvolvidas com refugos de malha, provenientes de empresa regional que considera questões sócio-ambientais); customização de peças de vestuário (produzidas com utilização de roupas, arrecadadas por uma campanha realizada pelos estagiários, na própria Universidade); bem como toalhas de copa (com material adquirido pelo projeto).

Em 2008 o projeto aproveitou aspectos positivos e experiências oriundas da etapa anterior para reformular conteúdos e encaminhamentos considerados necessários pelo grupo. Nesta fase, que atendeu um novo grupo de mulheres cadastradas junto a Secretaria de Assistência Social, o projeto incluiu, além do trabalho com serigrafia, as seguintes oficinas: *patchwork*, projeto de produto,

projeto de programação visual, modelagem, costura e administração para vendas. Outro diferencial, nesta etapa, foi a articulação do grupo de professores em torno de duas propostas interdisciplinares (desenvolvimento de *eco-bags* e aventais para copa). Assim, todo o processo contou com o envolvimento de todos os professores. O resultado gerado pelas mudanças no projeto foi surpreendente: melhorou-se a qualidade nos artefatos desenvolvidos e a motivação dos alunos garantiu sua assiduidade e permanência até o final projeto. Importante considerar, ainda, uma significativa adesão de parcerias, que abraçaram a causa do projeto e o adotaram, contribuindo com materiais e soluções.

Em 2009 o projeto ampliou o número de vagas para 30 integrantes, já que a procura foi expressiva. Outro destaque neste ano foi a permanência de uma parcela do grupo antigo (ingressante em 2008). Essas pessoas (após passarem pelo primeiro ano no projeto, financiado pela UNIVILLE) solicitaram permanência no projeto, para o ano seguinte. Assim, em 2009, constituiu-se uma Associação composta por remanescentes do projeto SempreViva e demais projetos de Geração de Renda da UNIVILLE.

Em 2010 investiu-se no desenvolvimento de uma identidade visual para o projeto SempreViva (integrando: marca para o projeto; marca para os produtos desenvolvidos: “SempreFlor”; portfólio físico e virtual (com a remodelação do site); organização de um kit com modelos de cada um dos produtos desenvolvidos pelo grupo (e disponíveis para encomendas). Desenvolveu-se esta identidade visual pela necessidade de dar-se visibilidade ao projeto, ampliar o número de parceiros e reunir elementos demonstrativos do potencial do grupo e da qualidade dos produtos desenvolvidos, visando prospectar pontos de venda e ampliar sua comercialização, gerando renda para os integrantes do projeto. A marca criada para os produtos desenvolvidos (SempreFlor) faz alusão aos produtos desenvolvidos não apenas pelo projeto SempreViva, mas integrará todos os produtos desenvolvidos pelos demais projetos de geração de renda vinculados a área de extensão da Univille. A intenção, ao propor-se uma marca que integre os produtos de vários projetos, é destacar apenas uma identidade representativa destes produtos, fortalecendo-a.

Neste ano de 2011, 35 mulheres foram cadastradas no SempreViva e vem se encontrando semanalmente para o desenvolvimento das oficinas acima mencionadas. Cabe destacar que uma das principais características do projeto vem sendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Seu desenvolvimento consolida a linha de pesquisa ‘design e linguagem’ do Núcleo de Pesquisa em Design, criado em 2006. Concomitantes ao desenvolvimento das quatro fases anteriores do projeto foram implantados projetos de pesquisa e de iniciação científica cujo foco centrava-se na investigação teórica relacionada a gravura e desenvolvimento de material virtual para ensino da serigrafia. O projeto também vem contribuindo com iniciativas do ensino, principalmente com a

habilitação em moda (como já vem ocorrendo em suas fases anteriores, quando muitos alunos produziram trabalhos fundamentados nos processos desenvolvidos pelo Mulher SempreViva).

Todos os registros imagéticos, relacionados às oficinas ministradas, resultados atingidos, parcerias estabelecidas, produtos desenvolvidos e demais dados, acerca do histórico do projeto SempreViva, estão disponíveis no site do projeto (www.sempreflor.net). O registro do site considerou, em sua nomenclatura, a marca dos produtos (SempreFlor), e integrou dois *links*, sendo: Projeto SempreViva e Projeto AmaViva, projeto que acolhe remanescentes do SempreViva e focaliza a geração de trabalho e renda.

A vivência e experiências desenvolvidas junto ao projeto SempreViva vem demonstrando a efemeridade entre as fronteiras culturais. Entende-se que ao propor o desenvolvimento de novos produtos, aliando os saberes acadêmicos ao saberes populares, relacionados aos processos artesanais, trazidos pelas integrantes, é possível ultrapassar limites culturais e sociais.

CONCLUSÃO

O projeto beneficia especificamente um grupo Feminino cadastrado no 'Programa de Incentivo as Organizações Produtivas', vinculado a Secretaria de Assistência Social de Joinville e visa promover inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. Esse grupo feminino tem acesso, durante um ano, a saberes acadêmicos, relacionados a disciplinas do curso de Design, que são integrados aos saberes artesanais próprios do grupo. Ao final do primeiro ano de formação, as integrantes são convidadas a permanecerem vinculadas a extensão universitária, passando a integrar o Projeto AmaViva, cujo foco é a produção em série do produto desenvolvido no SempreViva, visando sua comercialização e efetivando a geração de trabalho e renda. Entende-se que o Projeto vem contribuindo com os objetivos da Secretaria de Assistência Social, investindo na qualificação profissional permanente das artesãs, já que se preocupa em inserção social (pela geração de ocupações produtivas e de renda) de uma parcela da população que possui dificuldades de acessar o mercado formal de trabalho. Dessa forma, a integração ao mercado de trabalho vem ocorrendo, com as integrantes do Projeto SempreViva, por meio de atividade empreendedora, autônoma.

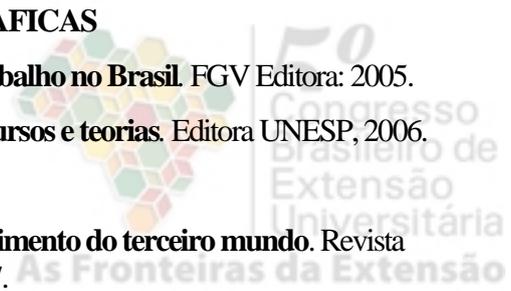
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAUJO, Clara; SCALON, Maria Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FGV Editora: 2005.

OLIVEIRA, Alberto. **Território e mercado de trabalho: discursos e teorias**. Editora UNESP, 2006.

<http://www.ibge.gov.br/> acesso em 24 de outubro de 2010.

APARO, E.; SOARES, L. **O Design como fator de desenvolvimento do terceiro mundo**. Revista Design em Foco, v. IV, n. 1, Salvador: EDUNEB, jan/jun, 2007.



MARIA MARISQUEIRA: QUALIFICAR O TRABALHO, POTENCIALIZAR A AUTO-ESTIMA

Área Temática: Trabalho

Ana Lícia de Santana Stopilha¹

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Camila Costa de Carvalho²; Natalí dos Santos Andrade³

RESUMO: Na sociedade atual a inclusão de grupos sociais marginalizados e em nível de subsistência constitui uma possibilidade de enfrentamento dos problemas que surgem nas comunidades. Tal empoderamento alinhando-se às perspectivas de melhoria da qualidade de vida e inclusão social é propiciado, sobretudo, pelas políticas públicas. Neste sentido, torna-se responsabilidade da universidade executar propostas que contribuam com a construção da cidadania e bem estar social. O projeto objetiva possibilitar através de melhorias de práticas de trabalho e educação a qualidade de vida da comunidade, desenvolvendo ações que valorizem o trabalho realizado e potencialize a auto-estima. O trabalho que está na sua terceira etapa, foi estruturado da seguinte maneira: mapeamento do público alvo que possibilitou diagnosticar a realidade e demandas mais recorrentes. Em seguida, após análise de dados percebeu-se que a carência do público alvo atingia toda a comunidade, desta maneira organizou-se uma ação social que oportunizou aquisição de bens e serviços públicos necessários ao exercício parcial da cidadania. Na terceira etapa pensada para atender especialmente o público alvo (marisqueiras da comunidade) realizou-se uma curso de tecnologia do pescado, o qual proporcionou às mulheres aprender manusear e transformar o pescado em produtos derivados. Com a aplicação de formulários e entrevistas pôde-se perceber uma aumento na auto-estima da comunidade, especialmente das marisqueiras, e mesmo da visibilidade, antes não percebida. O alargamento das possibilidades de inclusão e cidadania através da aproximação da Universidade com as comunidades periféricas é imprescindível para a efetivação de políticas que visem desenvolver localidades, sobretudo, no tocante ao desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Qualificação do Trabalho. Desenvolvimento Humano. Extensão Universitária.

¹ Docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Doutoranda do programa de Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia, e-mail: stopilha@hotmail.com;

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XV/Valença-Ba, e-mail: mila_exitus@hotmail.com;

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XV/Valença-Ba, e-mail: naty.andrade7@hotmail.com.

Introdução

Constituído como um espaço de difusão de experiências a apresentação desse texto se faz relevante na medida em que é uma forma de sistematização das percepções e de conhecimentos possibilitados pela vivência no Projeto de Extensão Maria Marisqueira, mas também por propiciar participar de um meio de discussão de diferentes práxis.

Destarte, circunscrito a um pequeno público - as marisqueiras do Mangue Seco Valença-Ba - este projeto da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus XV surgiu de um documentário produzido no componente curricular “Economia, trabalho e educação” do curso de pedagogia que possibilitou auscultar expectativas sociais dessas marisqueiras que em sua grande maioria sustentam a família com o trabalho de mariscagem.

O município de Valença-Ba exhibe dados de pobreza e miséria alarmantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No censo de 2000, o índice de pobreza em Valença atingiu o percentual de 49,35% e o índice de indigência de 46,59%. Situado abaixo deste índice o bairro Mangue Seco, zona periférica da cidade com características rurais, juntamente com as pessoas que nele habitam são estigmatizados devido alto grau de pobreza. Tal fato repercute diretamente no modo e na qualidade de vida dos grupos sociais, tolhendo-os da possibilidade de desenvolvimento humano e local.

Côncio dessa realidade surge-nos o questionamento: até que ponto as demandas de capacitação para o trabalho e educação formal e informal são supridas na comunidade de marisqueiras do Mangue seco? Tal questão nos fez elaborar os seguintes objetivos que norteiam as ações do projeto: possibilitar melhoria da qualidade de vida da comunidade a partir do trabalho desenvolvido, agregando novos valores aos produtos na medida em que é qualificado; desenvolver ações que potencializem a auto-estima das marisqueiras e o desenvolvimento local; propiciar às marisqueiras protagonizar a conquista de sua cidadania. Essas questões possibilitam a reflexão do nosso papel social e enquanto membros da universidade nos conduzem para executar propostas que contribuem com a construção da cidadania e bem estar social.

Este trabalho registra nossas experiências na comunidade de Mangue Seco, caracterizadas por GOHN (2007) como um processo de “mobilização pontual” que atende ao

chamado imediato de alguma entidade mesmo que com essa não se tenha algum laço de pertencimento. Segundo a autora essa mobilização é mais “propositiva, operativo, menos reivindicatória” e requer ações que demandam a “Participação Cidadã”.

Nossas experiências no debate da extensão universitária se constituíram como “um instrumento capaz de promover a organização política, social e cultural dos grupos desagregados.” (JEZINE, 2004, p.3). Assim a extensão busca mecanismos transformadores não somente atendendo as necessidades locais das comunidades, mas proporciona também subsídios ao ensino e a pesquisa na produção de novos conhecimentos.

Atividades desenvolvidas: do observar ao agir

As ações originaram-se a partir de visitas de campo à comunidade em referência para isso utilizou-se da observação participativa, dos formulários, dos grupos focais e entrevistas. Produziu-se de um curta-metragem e um resumo um diagnóstico da realidade apresentada. Esses instrumentos de investigação possibilitaram ver que as demandas das mulheres marisqueiras do bairro atingiam toda a comunidade; os moradores/as em sua maioria não possuíam alguns documentos indispensáveis ao acesso a direitos e reconhecimento de sua cidadania. Na visão de GOHN(2007) ser cidadão hoje no Brasil, não está unicamente associada à obtenção de propriedades e bens, mas na possibilidade de conquistar aquilo que lhes é de direito sem desperceber que esta condição está atrelada aos cumprimentos de deveres.

No intuito de tornar mais justo a busca pela condição cidadã dos moradores/as, planejou-se e organizou-se antes de qualquer intervenção que beneficiasse somente as marisqueiras, uma “Ação Social” dentro do próprio bairro de Mangue Seco que atendeu - ainda que em pequena escala - pessoas da comunidade. Com a ajuda de parceiros especializados foram confeccionados 150 Carteiras de Pessoas Físicas (CPFs), 75 fotos 3x4 e 63 Carteiras de Trabalho.

A ação social ainda contou com serviços como: atendimento oftalmológico exclusivo para as marisqueiras, atendimentos jurídicos, serviços de estética, artesanatos e serviço dentários com distribuição de matérias higienização bucal e palestra. Muitos foram os casos de

adultos que nunca haviam adquirido o Registro Geral (RG) e foram direcionados para o procedimento legal, peculiaridade daquela situação.

O encontro possibilitou a entrada de pessoas na comunidade que até então não havia se aproximado, além de um olhar diferenciado, apesar de tímido, do habitualmente praticado pelos moradores da cidade; a comunidade de Mangue Seco é constantemente apontada por violenta devido à sua desprivilegiada condição social.

Na intenção da nova etapa foi ofertado pelo Projeto de Extensão, a um grupo de 25 marisqueiras, um curso de “Tecnologia do Pescado” que foi ministrado pelo professor do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Pará (IFPA) José Antônio S. de M. Muniz, também mestre em Recursos Pesqueiros e Aquicultura pela (UFRPE). Possibilitar às marisqueiras de Mangue Seco a qualificação do trabalho para melhorar a produção, agregando valor e renda foi o propósito das oficinas. Durante cinco dias foi ensinado às mulheres marisqueiras o aprimoramento de algumas técnicas de manuseio do produto da mariscagem, bastante familiarizados entre elas.

A marisqueiras aprenderam a confeccionar receitas de empanados, defumados, piclis, hambúrgueres, patês, farinhas para consumo animal e vários outros derivados do pescado. Segundo elas foram dias de muito aprendizado, pois oportunizou novos conhecimentos, principalmente, no que tange à higienização no processo de trabalho. O encontro também possibilitou uma aproximação entre marisqueiras, além de abrir caminhos para que outras instituições desenvolvam outras ações junto à comunidade.

A auto-valorização e estima por parte das marisqueiras era marca registrada, tanto no olhar, como nas falas de cada uma. Neste sentido, foi possível a ampliação das capacidades das marisqueiras direcionando-as à construção de seu bem-estar e a amenização da desigualdade social que segundo concepção de Sem (2001) apresentada por Mauriel (2010), é reflexo da desigualdade econômica (material) e da desigualdade de capacidade (potencial das pessoas, aquilo que conseguem realizar ou não).

A culminância do curso deu-se com uma feira de degustações dos produtos produzidos pelas marisqueiras nas oficinas e entrega de certificados de conclusão do curso.



Conclusão

A possibilidade de conhecer e participar da vida de comunidades que carregam em seu histórico uma carga negativa de impossibilidades e preconceitos oportuniza ao graduando o privilégio de crescer para além das condições propiciadas pelo universo acadêmico.

A comunidade é um espaço de interação que possibilita versar os conhecimentos percebidos na sala de aula com os do dia-a-dia do pesquisado. Uma ponte entre o conhecimento elaborado e o senso comum. Conhecimentos esses que são resignificados num movimento constante de interações e amadurecimentos.

Assegurar a auto-estima das mulheres marisqueiras é um ponto de partida para o investimento e realização de outros projetos que possibilitem o desenvolvimento da comunidade.

O bairro de Mangue Seco deixa de ser um espaço de constantes estereótipos perversos para se tornar um lócus de possibilidades de investimentos na pesquisa e desenvolvimento local. Às marisqueiras cabe o ônus do novo olhar pela comunidade, a valorização do trabalho realizado diariamente, a disseminação dos conhecimentos adquiridos e pelo alargamento de novas possibilidades dentro do seu espaço de atuação.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas sobre Educação**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 08 ago. 2007.

JEZINE, Edineide. **As práticas curriculares da extensão universitária**. In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Pobreza, seguridade e assistência social**: desafios da política social brasileira. *Rev. katálysis* [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 173-180. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/04.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2011.

GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.



O PROJETO “LINHAS E LETRAS” NO CONTEXTO DA INCUBADORA TECOLOGIA DE COOPERATIVAS POPULARES (INTECOOP/FURG)

Área temática: trabalho

Responsável pelo trabalho: Luciane Schmitt¹

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Nome dos Autores: Lydia Góes Telles²; Lucia Regina Nobre³; Rodrigo de Moraes Costa⁴; Adriana Matos de Carvalho⁵, Vanessa Gonçalves Dias⁶, Daniela Almeida Nogueira⁷.

Resumo: O projeto “*Linhas e Letras*” tem como objetivo promover o fortalecimento e qualificação dos grupos de artesanato, visando à inclusão social através da geração de trabalho e renda. A meta é qualificar 30 artesãs da cidade do Rio Grande por meio da realização de oficinas de artesanato e cursos na área de gestão. O desenvolvimento da ação ocorre através de uma equipe interdisciplinar como meio de ressaltar as potencialidades humanas e materiais presentes nos grupos de artesanato, valorizar os saberes e vocações da cultural local e desenvolver em parceria produtos adequados às exigências de mercado. Esse projeto integra o Programa “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares” (INTECOOP/FURG) e é financiado pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Superior e Programa de Extensão Universitária (PROEXT), após aprovação de edital. O PROEXT tem como objetivo, apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: artesanato; qualificação; geração de trabalho e renda.

Introdução

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) possui uma longa trajetória em projetos extensão. Na área temática trabalho o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) consolidou-se, por meio de ações de extensão, ensino e pesquisa em um importante espaço para a construção de uma cidadania coletiva, desencadeando experiências democráticas e participativas com o propósito de minimizar a situação de vulnerabilidade sócioeconômica e ambiental que estão sujeitas as comunidades atendidas pelo núcleo. Essa história começa em 2002, quando o NUDESE foi criado com a

¹ Professora do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC/ FURG) e colaboradora do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG);

² Acadêmica do Curso de Artes Visuais (FURG) e bolsista do Projeto “*Linhas e Letras*”;

³ Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG);

⁴ Bolsista Técnico do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG);

⁵ Bolsista Técnico do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG);

⁶ Bolsista Técnico do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG);

⁷ Bolsista Técnico do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG).

finalidade de dar suporte a vários projetos com foco na geração de trabalho e renda, tais como: Qualificar/RS, Programa Extensão Empresarial, Família Cidadã, Agricultura Familiar: a travessia para o desenvolvimento solidário, Piscicultura: alternativa de geração de trabalho e renda. Já no ano de 2004 surge a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP/FURG), financiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), dentro do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC). Na época a incubadora voltava suas ações, para cooperativas da pesca artesanal e associações de agricultores familiares e também prestava apoio ao Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária. Atualmente a INTECOOP/FURG desenvolve ações extensionistas que possibilitam, através do processo de incubação, novas alternativas de trabalho e renda à classe trabalhadora, por meio de um trabalho de diagnóstico, sensibilização, formação e acompanhamento sistemático a grupos informais, associações e cooperativas. Realiza as atividades de incubação, oficinas, palestras, cursos, encontros, assessoria, material informativo e acompanhamento sistemático.

Nesse sentido, o NUDESE através do trabalho desenvolvido pela Incubadora, vem construindo junto à comunidade local alternativas de trabalho e renda. Atualmente, são assessoradas diretamente diversas cooperativas, associações e grupos informais em municípios no sul do Rio Grande do Sul. A partir dessa caminhada em 2010 surgem três novos projetos: “Tijolos Ecológicos”, na área de construção civil, **“Linhas e Letras”** focado no artesanato (foco deste artigo) e “Implementação da Normativa 51”, vinculado a produção leiteira no município de Piratini, todos financiados pelo PROEXT - SESU - MEC. Além desses projetos financiados pelo PROEXT se agregam às atividades da incubadora, os grupos: “Deguste” cujas ações estão voltadas, à área de serviços de alimentação, o grupo “GAB” que articulado ao grupo “Reciclar é Vida”, vêm desenvolvendo trabalhos ligados à preservação ambiental. Ainda nesta perspectiva de resgate sócio-cultural são incubados a “Feira de Artesanato e Feira Agroecológica”.

Nesse contexto, o Projeto **“Linhas e Letras”** tem por objetivo promover o fortalecimento e qualificação dos grupos de artesanato, visando à inclusão social através da geração de trabalho e renda. Tem como meta a qualificação de 30 artesãs da cidade do Rio Grande por meio da realização de oficinas de artesanato e cursos na área de gestão.

Material e Metodologia

As características culturais de uma comunidade, que são determinadas por uma série de fatores geográficos, históricos, políticos, sociais e econômicos, nos possibilitam

entender sua identidade. Nesse sentido, o Projeto “*Linhas e Letras*” tem buscado promover a inclusão social por meio do desenvolvimento de um trabalho cooperado nos princípios da economia solidária e ser o um elo de integração entre a Universidade e a comunidade na produção do conhecimento e na transformação social.

Nesse contexto parte-se do pressuposto de que é através da atividade criadora que passaremos pelos processos de transformação do mundo. Consideramos que é necessária a associação da produção artesanal com a vivência de processos de criação e conceitos de técnicas artísticas no sentido de estimular e valorizar o pensamento sensível, a imaginação e o potencial criador de cada uma, elevar a auto-estima e desenvolver o auto-respeito e respeito pelo outro.

Assim, busca-se que as mulheres artesãs vivenciem os processos de criação, que construam conhecimento através da produção, apreciando e refletindo sobre a arte e que possam exercitar a percepção estética, através da arte e do seu cotidiano.

Para o cumprimento do seu objetivo o projeto organizou oficinas e cursos que acontecem simultaneamente de forma interdisciplinar pela equipe e em dois módulos, sendo que o primeiro módulo é pré-requisito para o segundo. No primeiro módulo estão sendo ministradas oficinas de corte e costura; tendência de cores e estampas e pintura e tingimento em tecido. Já os cursos na área de gestão serão de: planejamento estratégico, fundamentos de *marketing* e cooperativismo. Nas oficinas serão produzidos objetos utilitários e decorativos, como peças de vestuário com tecidos tingidos e estampados com motivos criados a partir da cultura local.

Para o segundo módulo as oficinas serão de: corte e costura avançado; tendência de cores e estampas avançado e pintura e tingimento em tecido avançado. Já os cursos de gestão serão de: Economia Popular Solidária (EPS); plano de negócios e técnica de vendas.

Resultados e Discussões

No decorrer das oficinas, percebeu-se uma diversidade característica em relação a experiência e conhecimento do entre as alunas. O grupo é bastante heterogêneo onde uma pequena parte possui uma experiência em corte e costura, por exemplo, já mais adiantada e buscaram o curso para atualizar conhecimentos, outras conhecem um pouco o assunto e buscam aprender mais e algumas que não possuem nenhum conhecimento. Com isso, deu-se a necessidade de nivelar o grupo. Assim, as alunas mais experientes, auxiliam a professora no ensino das que possuem menos conhecimento e a partir disto elas se tornam

mais próximas, melhorando o andamento e o convívio durante as aulas pela troca de informações entre todas.

Com a evolução das oficinas de corte e costura e tendência em cores e estampas é meta do grupo elaborar peças que possam se comercializadas em eventos da própria Universidade. Através da elaboração desses produtos podemos estimular a formação do grupo e a produção conjunta.

Semanalmente acontece, em um espaço da nossa Universidade, chamado de Centro de Convivência, a Feira de Artesanato e Feira Agroecológica. Nesse local são comercializados artesanatos produzidos por grupos de economia solidária apoiados pelo NUDUSE e produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar. Já no mês de outubro acontece a Mostra da Produção Universitária (MPU), um evento que reúne pesquisa, ensino e extensão. Nesse evento, tradicionalmente, ocorre uma feira de artesanato com a comercialização de produtos. Assim percebemos uma oportunidade para comercialização dos produtos elaborados a partir das nossas oficinas.



Fotos 1, 2 e 3: oficina de corte e costura (Lydia G. Telles)

Conclusão

O NUDESE através de seus projetos de extensão vem construindo junto à comunidade local alternativas de trabalho e renda e buscando integrar a Universidade e a comunidade na produção do conhecimento e na transformação social. A inclusão social por meio do desenvolvimento de um trabalho cooperado nos princípios da economia solidária é um objetivo a ser perseguido. Com o início das oficinas e cursos percebemos que esse objetivo do nosso projeto começa a ser alcançado. Além disso, as mulheres artesãs têm vivenciado os processos de criação, apreciando e refletindo sobre a arte através do seu cotidiano.

Referências

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DERDYK, Edith. **Linha de Costura**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOHN, Maria G. da. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

ZOLBERG, Vera. **Para uma sociologia das artes**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.



PARATIBE REFLETINDO E TRANSFORMANDO SUA REALIDADE

*Nara Patrícia Mendes da Silveira.¹
MsC. Francisco Xavier Pereira da Costa.²
Especialista em Associativismo e Cooperativismo
Francisco Antonio Holanda Farias.³*

CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
SETOR DE ESTUDOS E ASSESSORIA A MOVIMENTOS POPULARES – SEAMPO/PROBEX

RESUMO

O Projeto **PARATIBE REFLETINDO E TRANSFORMANDO SUA REALIDADE**, tem suas ações desenvolvidas junto a catadores e catadoras de materiais recicláveis, residentes no bairro Paratibe na cidade de João Pessoa. O projeto tem por objetivo estimular a promoção e a integração sócio-produtiva dos catadores e catadoras da localidade de Paratibe, através de ações geradoras de trabalho e renda, a partir do trabalho coletivo e cooperado nos campos da transformação de materiais recicláveis, produção e consumo de peças de artesanato e utensílios domésticos e na produção de horta orgânica, com vistas a segurança alimentar e proteção do meio ambiente. A intervenção metodológica utilizada no projeto tem por base metodologias participativas, fundamentadas pela educação popular, preconizando a máxima participação dos atores sociais na discussão e reflexão para a tomada de decisões conjuntas e de natureza democrática. Tal iniciativa metodológica baseia-se nos aportes teóricos de Pedro Demo, Ivandro da Costa Sales, José Francisco de Melo Neto e Paulo Freire. Entre os resultados esperados destacam-se a geração de renda, a organização sócio-política dos catadores e catadoras de materiais recicláveis de Paratibe. Além destes, outros resultados como a estruturação de uma horta orgânica para produção de alimentos saudáveis aos moradores do bairro, além da organização de uma cooperativa de produção e consumo. A título de considerações preliminares, dado que o projeto encontra-se em fase de execução, pode-se adiantar que a comunidade encontrava-se em estágio embrionário de organização, favorecendo o desenvolvimento de processos formativos capazes de servir de ferramentas para o fortalecimento da organização

¹ Aluna do Curso Serviço Social da UFPB, Campus I. Bolsista PROBEX no Projeto **Paratibe Refletindo e Transformando sua Realidade**, desenvolvido pelo Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO/CCHLA/UFPB

² MsC, em Sociologia pela UFCG/UFPB, Aluno do Curso de Doutorado em Educação do PPGE/CE/UFPB. Funcionário do CCHLA, lotado do Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO/CCHLA/UFPB.

³ Vice-Coordenador do Projeto **Paratibe Refletindo e Transformando sua Realidade**, Coordenador do Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO/CCHLA/UFPB.

sócio-política dos catadores e demais moradores de Paratibe. Do ponto de vista acadêmico o projeto está proporcionando a possibilidade de relacionar os fundamentos teóricos com a realidade organizacional e política dos trabalhadores em foco.

Palavras chave: Economia. Solidariedade. Ações Coletivas. Extensão Comunitária Popular.

I – INTRODUÇÃO

O projeto **PARATIBE REFLETINDO E TRANSFORMANDO SUA REALIDADE**, surgiu da demanda expressa por parte de representantes dos catadores/as de materiais recicláveis do bairro Paratibe, localizado na periferia da cidade de João Pessoa, tendo por objetivo a assessoria da Universidade, através da equipe técnica do SEAMPO na mobilização desses trabalhadores/as, com vistas a estruturação de entidade de caráter coletivo, capaz de organizar a produção e geração de renda, de modo a diminuir a exploração que estes atores sofrem na entrega do produto de seu trabalho a terceiros.

Dado ao desafio da demanda, aliada as características e objetivos do SEAMPO, os técnicos do setor, pautados pelos fundamentos da educação popular e da inclusão social, aliado ao interesse de alunos de graduação que desejam complementar sua formação acadêmica, através de experiências concretas da atualidade, a proposta inicial tomou forma de projeto, o qual estamos a desenvolver junto aos atores supra.

A situação de exclusão em que vive grande parte da população mundial, mas, sobretudo, aquelas residentes nos países considerados subdesenvolvidos, além das privações características impostas pela condição de pobreza, produto do sistema econômico dominante, de fundamentação liberal, expresso pelo capitalismo, é agravada pela exploração e expropriação dos catadores/as pelos atravessadores que compram a produção coletada por preços muito abaixo do que realmente vale o esforço por eles despreendido. Por estas razões, se impõe a necessidade de organização de atores em situação de vulnerabilidade social e pessoal como proposta alternativa a essa gramática da exclusão, característica do sistema capitalista.

Neste contexto, a mobilização dos homens e mulheres nessa condição, através da universidade se constitui como forma de atenção do Estado aos segmentos excluídos, a exemplo desses catadores/as. Por isso, o projeto em tela se fez necessário e desafiador aos técnicos e estudantes que dele tomam parte.

1.1. FUNDAMENTAÇÃO

Os homens e mulheres que sobrevivem da catação de materiais rejeitados pela população que está incluída no mundo do consumo, denominados de catadores e catadoras, na verdade constitui um segmento o qual Telles (1998: *in*: YAZBEK, M. C. s/d: 35) afirma como qualificados na categoria de pobres. Por pobreza, nesta linha raciocínio pode se compreender aqueles que constituem o contingente de mão-de-obra barata, constituindo um segmento considerado sobrando, sem qualificação técnica e escolar e que por isto mesmo, não encontram postos de trabalho que lhes assegurem lugar de reconhecimento na sociedade. Nesta condição encontram-se os homens e mulheres que constituem o universo e objeto do projeto do qual fazemos parte.

É importante destacar que os atores que estão em condição de pobreza, portanto em condição de subalternidade, submetidos a diversas formas de exploração, dominação e opressão, o são não por sua responsabilidade ou querer, mas, sim, por terem sido desqualificados de sua condição de ser mais, reduzida a responsabilidade à sua própria condição de ser pobre. Esta interpretação reinante entre os dominantes, esconde que a pobreza não é uma condição dada ou determinada por forças ou vontade extra compreensão humana. É sim, uma determinante histórica e construída por aqueles que sempre tiveram a posse ilegítima ou ilegal dos meios de produção. Por isso, estes são os que se apropriam das disposições objetivas legais para o usufruto de seu bem estar. Queremos afirmar com esta premissa que as leis, criação humana para humanos, acaba por gerar formas de protecionismo dos que pertencem a classe dominante, negando o acesso a desejada igualdade de oportunidade entre os homens e as mulheres dos diversos segmentos sociais. Por sua vez, estas últimas, historicamente, além das discriminações tradicionais, econômicas e sociais em nome da cultura, ainda sofrem a discriminação de gênero na obtenção dos direitos civis.

A superação da condição de discriminação social, necessariamente, passa pela organização e mobilização das classes e categorias dos excluídos. Premissa esta já amplamente difundida e defendida pelos estudiosos do materialismo histórico e dialético. Neste sentido, a mobilização dos catadores/as de Paratibe vem de encontro a esta premissa. Ou seja, aqueles atores começam a esboçar iniciativas de organização interna, através da estruturação de uma associação que tem por objetivo estimular a promoção e a integração sócio-produtiva, através de ações geradoras de trabalho e renda, a partir do trabalho coletivo e cooperado. A categoria trabalho enquanto humanizadora ou humanizante do homem e da mulher e das relações sociais, além de assegurar a sobrevivência digna, também se apresenta como importante processo pedagógico de ensino e aprendizagem. Neste sentido, a organização do trabalho de coleta de

resíduos sólidos em Paratibe já se mostra como catalisador de interesses daqueles trabalhadores/as.

II – DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

O projeto vem sendo pautado por metodologias participativas, a exemplo de conversa informal, reuniões, discussões coletivas, análise e interpretação de dados, termos, palavras, oficinas temáticas, rodas de conversa, exibição e discussão de vídeos. Também através de dinâmicas de grupo, com o intuito de estimular a interação entre os próprios atores e destes com a equipe de assessoria.

Cada etapa destas é seguida de avaliação pelo grupo e pela equipe de assessoria. Os momentos de avaliação também são momentos pedagógicos de ensino e aprendizagem. Faz parte do procedimento metodológico o registro iconográfico como forma de documentação e exposição dos momentos vivenciados pelo grupo, enquanto memorização, reconhecimento e valorização do trabalho coletivo.

III – RESULTADOS

- Adoção de práticas que incentivem e fortaleçam o trabalho coletivo e cooperado;
- Estímulo a prática de participação em tomadas de decisões coletivas, enquanto processo de empoderamento, reconhecimento e valorização dos saberes e valores locais;
- Articulação de estudos, pesquisas e atividades de extensão capazes de tornarem-se projeto de interesse e demanda dos trabalhadores/as em diferentes áreas de conhecimento, bem como assegurar espaços de vivências na consolidação dos conhecimentos populares e acadêmicas.

IV – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As compreensões que temos do trabalho realizado até a presente data, nos permite tecer algumas compreensões preliminares, dado que o projeto ainda está sendo executado. Portanto, os resultados observados ainda não podem ser conclusivos. Contudo, entre as observações possíveis, pode-se depreender que os catadores/as já vem tendo compreensões de que as mudanças desejadas em sua realidade, podem passar pela compreensão e práticas relacionadas a categoria 'coletivo'. O que implica em dizer que aqueles trabalhadores/as já vem dando pistas de que o sentido e significado dos processos de mobilização e articulação em curso entre eles/as já vem sendo construído de modo a nos permitir inferir que a consciência intransitiva, no dizer de Paulo Freire, já esboça o despertar de um processo de transição para uma consciência transitiva

ingênua, capaz de constituírem-se enquanto coletivo para a produção, bem como qualificar as suas relações sociais e pessoais.

A continuidade da participação dos atores individuais nas atividades do coletivo vem servindo de estímulo à necessária reflexão sobre a realidade vivida, além da possibilidade de adoção dos princípios da economia solidária como alternativa de inclusão sócio-produtiva.

Outra prática observável *in loco* que vale ser ressaltada está no cuidado com as boas práticas de convívio com o meio ambiente de forma sustentável que já se mostra presente entre aqueles catadores/as. Em todas essas disposições observadas destaca-se a massiva participação de mulheres, fato que estimula e contribui na discussão de gênero para a efetiva emancipação da mulher no mundo do trabalho, também entre a coleta de resíduos sólidos.

Academicamente, o projeto tem possibilitado o contato com público fora da unidade acadêmica de modo a possibilitar processos de formação continuada entre a estudante e os atores sociais. Também, enquanto prestação de serviços de responsabilidade ética e social da universidade, através de seus alunos/as e técnicos para com a comunidade em geral.

V – BIBLIOGRAFIA

ABBOT, Joanne & GUIJT, Irene. **Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento**. Rio de Janeiro: AS-PTA; London [Inglaterra]: IIED, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivonete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Autores Associados, 199.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo, Moraes, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: aspectos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2001.

IAMOMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LIMA, Antonia Jesuíta de. [et. aL.] **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

MEJÍA J., Marco Raúl. **A transformação social: educação popular fim do século**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO NETO, José Francisco de. (Org.) **Extensão Universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.



_____. **Educação Popular: enunciados e teóricos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

_____. **Extensão Popular.** João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

SALES, Ivandro da Costa. **Educação Popular : uma perspectiva, um modo de atuar.** In: SCOCUGLIA, Afonso. (Org). *Educação Popular: outros caminhos.* João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 2001. pp. 111-12.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** s/d. 33 - 40. (texto).



**PERFIL DOS TRABALHADORES/AS DOS GRUPOS INCUBADOS
PELO PROGRAMA TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS – TECNOSOCIAS/UNISINOS (2009/2010)**

Área Temática: Trabalho
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Responsável pelo Trabalho: Célia Maria Teixeira Severo

*Célia Maria Teixeira Severo**
*Vanessa Espíndula Teixeira***

RESUMO

A intenção é de que a extensão universitária, realizada pela incubadora de empreendimentos econômicos solidários da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários/Unisinos, possa ser potencializada com a realização do presente estudo, no qual as autoras buscam traçar e analisar, brevemente, o perfil dos/as integrantes dos grupos que participam, através da assessoria sistemática e dialógica, dos processos de incubagem desenvolvidos pelo referido Programa, em consonância com os princípios da Economia Solidária.

Buscou-se, com a realização do levantamento destes dados, no período entre 2009 e 2010, e com a posterior sistematização, ampliar as discussões e reflexões sobre este importante segmento da sociedade, no sentido de entender sua realidade e contribuir, com as demais áreas de conhecimento atuantes no Programa, para a melhoria de suas condições de trabalho, a partir do envolvimento dos próprios empreendimentos e de sua articulação com as entidades de apoio e fomento e do poder público, do município de São Leopoldo e da região do Vale do Rio dos Sinos.

Palavras chaves: Economia Solidária. Incubadora. Perfil.

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se os altos níveis de vulnerabilidade social, cultural e econômica a que está sujeita a população do município de São Leopoldo-RS, o Programa



* Assistente Social, técnica do Programa Tecnosociais/Unisinos. E-mail: <csevero@unisinos.br>.

** Acadêmica de Serviço Social da Unisinos, estagiária do Programa Tecnosociais/Unisinos. E-mail: <vanessa.espindula@yahoo.com.br>.

Tecnosociais/Unisinos¹ busca acompanhar, assessorar e capacitar grupos de geração de trabalho e renda, que trabalhem de forma coletiva, na perspectiva da economia solidária. Nesta conjuntura, a Ecosol aparece como um importante elemento na inclusão social e na diminuição das desigualdades, visando potencializar o desenvolvimento das famílias, de seus integrantes, da comunidade e do território localizado no entorno. Trata-se de empreendimentos econômicos solidários formados por pessoas que não estão inseridas no mercado formal de trabalho, pois carecem principalmente de formação, capacitação técnica profissional, planejamento, acompanhamento, instrumentos e meios de produção, educação para o trabalho coletivo, dentre outros fatores culturais e socioeconômicos.

A intencionalidade deste estudo foi a de um maior conhecimento da realidade em que estão inseridos e de suas necessidades, visando o aperfeiçoamento das atividades do grupo como um todo e de seus integrantes de forma mais particular, através de informações, tais como ano de ingresso, renda mensal, escolaridade, situação familiar e de moradia, entre outros.

2 MATERIAL E METODOLOGIA

O presente estudo foi elaborado com base na coleta de dados realizada entre 2009 e 2010, através da aplicação de um questionário socioeconômico, pelos/as técnicos/as e estagiários/as do Programa, em visitas a campo feitas a seis empreendimentos incubados, localizados na periferia da cidade de São Leopoldo, envolvendo 69 entrevistados/ as.

As informações recolhidas foram tabuladas pela equipe do Programa através do software SPSS, sendo transformados posteriormente em gráficos para diagnóstico. Em seguida, buscou-se analisar estes dados de forma integral, não fragmentada, visando à compreensão do contexto como um todo, conectando-o com a realidade socioeconômica e a territorialidade em que os sujeitos estão inseridos. Tal compreensão não pode ser um procedimento fechado: nada pode ser entendido de uma só vez e de uma vez por todas. Cada individualidade é uma manifestação do viver total; é preciso, pois, buscar o que é comum e o que é específico de cada sujeito e de cada realidade.



¹ O Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnosociais/Unisinos – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – integra o conjunto de projetos sociais representativos da extensão universitária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, localizada em São Leopoldo-RS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo foi realizado objetivando traçar o perfil dos/as integrantes dos empreendimentos econômicos solidários incubados pelo Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnosociais/Unisinós. Os dados coletados mostram que a maioria são mulheres, de raça/cor branca, com ensino fundamental incompleto, em torno de 63,7% com idade de até 44 anos, com residência própria, sendo que 62% ingressaram no empreendimento a partir de 2007. Em relação às suas famílias, 77,7% possuem até dois filhos e 25,6% têm sob sua responsabilidade alguma pessoa com deficiência ou patologia crônica.

Além disso, constata-se que a faixa média entre R\$200,00 e R\$350,00 é a que corresponde à renda da maioria (46,10%) dos/as integrantes dos grupos incubados.

Tais dados foram apresentados e refletidos com os/as pesquisados/as em evento específico, para que se vissem e se reconhecessem como seres sócio-históricos e capazes de, autônoma e emancipatoriamente, promover as mudanças necessárias para sua qualidade de vida, de seus familiares e das comunidades onde se encontram inseridas. Igualmente, serviu para se articularem tendo em vista conquistar políticas públicas específicas, tanto em nível municipal quanto estadual e nacional.

Segundo Bemvenuti e Hupffer (s/d), é preciso encarar

a educação como processo capaz de questionar o próprio ambiente da reconstrução do conhecimento, de relacionar-se claramente com os processos emancipatórios, como reconhecimento da capacidade permanente de aprender a aprender e de saber pensar, de ser base da competência transformadora do ser humano. A extensão está assim incluída intrinsecamente na pesquisa e a pesquisa é o próprio ensino. Nessa trajetória organizativa da pesquisa e da extensão na Unisinós, a busca dessa coerência é meta e se dará no dia a dia, no cotidiano esforço de compreender o outro e seu mundo, fora dos muros da academia, resgatando as distâncias provocadas pelo ensino e pela pesquisa, para configurar essa instituição como lugar possível de compromissos sociais, políticos e pedagógicos emancipadores, e poder ser reconhecida como espaço moderno de construção e reconstrução do conhecimento.

A intencionalidade para a realização do levantamento do Perfil dos Trabalhadores/as dos Grupos Incubados pelo Programa Tecnosociais/Unisinós (2009/2010) foi a de possibilitar, aos vários agentes envolvidos – entidades de apoio e fomento, poder público, sociedade em geral e os próprios empreendimentos –, a ampliação das discussões e reflexões sobre a sua realidade e de alguns aspectos de suas vidas e de suas famílias, no sentido de melhorar as condições de trabalho desta importante parcela da sociedade, que, mais do que

recicladores/as, são agentes socioambientais fundamentais que contribuem para a preservação ambiental, para a qualidade de vida do planeta e para a mudança de atitudes perante os desafios na busca pelo desenvolvimento sustentável da contemporaneidade.

4 CONCLUSÃO

Entende-se que o Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnosociais/IHU/Unisinos atua na perspectiva de um desenvolvimento integral, solidário e sustentável, contribuindo com a assessoria e acompanhamento a empreendimentos econômicos solidários e reconhecendo-se como um espaço de geração de tecnologias sociais, que, essencialmente, articula as três perspectivas acadêmicas: o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando envolver, de forma participativa, professores/as e alunos/as das diversas áreas de conhecimento, daí seu viés interdisciplinar.

Além disso, busca-se realizar o entrelaçamento entre os saberes populares e acadêmicos, no sentido de valorizá-los e reconhecê-los como possibilidades de transformação social, a partir da geração de novos paradigmas sociais, culturais e produtivos capazes de gerar sujeitos empenhados em uma forma de trabalho coletivo, autogestionário, democrático e solidário, numa sociedade com desenvolvimento sustentável, equidade e justiça para todos/as.

Neste sentido, entende-se que a breve pesquisa realizada possa contribuir para a aprendizagem dos/as acadêmicos/as e técnicos/as envolvidos/as, bem como para a qualificação de sua práxis na extensão, uma vez que os resultados permitirão o desencadeamento de discussões e reflexões, que poderão melhorar as condições de trabalho, de saúde, de preservação ambiental e de acesso às políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- BEMVENUTI, Vera Lúcia Schneider. HUPFFER, Haide Maria. As Linhas de Interesse Social da Unisinos: Institucionalizando a Extensão Universitária com Vistas à Indissociabilidade. Anais do I CBEU – PRAC/UFPB Disponível em: <<http://acessa.me/fnxk>>. Acesso em: 17/06/2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 07/01/2011.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 06/01/2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Relatório de Monitoramento de Educação para Todos. 2010.
- SEYFERTH, Giralda. Histórico da Imigração no Brasil. Disponível em: <<http://acessa.me/fnxs>>. Acesso em 04/01/2010.

TECENDO REDES: A EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA DO PROJETO REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DE PESCADO.

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: Lucia Regina Nobre

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Lucia Regina Nobre¹; Daniela Almeida Nogueira²; Vanessa Gonçalves Dias³; Adriana Matos de Carvalho⁴; Rodrigo de Moraes Costa⁵; Eder Dion de Paula Costa⁶; Fernanda dos Santos Fomentin⁷; Juliana Szekir Berger⁸; Aline Araújo⁹; Eduardo Jorgensen Marasciulo.¹⁰

Resumo:

Este artigo tem como principal objetivo apresentar a experiência metodológica do Projeto “Rede de Comercialização Solidária de Pesca da Região Sul do RS”. Tal experiência vem sendo desenvolvida pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE/FURG, a fim de fomentar a tessitura da Rede de Comercialização de Pescados no qual integra pescadores e pescadoras artesanais que trabalham de forma associada, nos municípios de Rio Grande; Pelotas; Arroio Grande; São Lourenço do Sul; São José do Norte; Santa Vitória do Palmar e Jaguarão. A metodologia do projeto se constitui, a partir da investigação participante mediatizada através de roteiros que possibilitaram articulação, construção e problematização de problemas – limites, apontados pelos pescadores e pescadoras artesanais durante os encontros setoriais. Os breves resultados obtidos até o presente momento, são frutos desta intervenção metodológica, que culminaram nas seguintes ações: articulação e discussão sobre as contribuições e limites da Rede de Comércio Solidário de Pesca e ainda possibilitou a criação de um documento construído pelo coletivo de pescadores e pescadoras que foi encaminhado a representantes das esferas do estado e ainda as demais entidades apoiadoras do projeto Rede.

Palavras-chave: Pesca artesanal, Rede de comercialização, Economia Popular Solidária.

Introdução:

A relevância da cultura da pesca artesanal na região sul, tem sido o propulsor de inúmeras organizações coletivas. Surge a partir destas mobilizações dos pescadores artesanais, por melhores condições de trabalho a constituição da “Rede de Comercialização Solidária de Pescados,” no qual tem possibilitado ao longo de sua caminhada, ações cooperadas entre os empreendimentos envolvidos com a pesca artesanal. Neste contexto, a

¹Graduada em Administração (FURG), especialista em Gestão Ambiental (FURG), coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – FURG, lucianobre@furg.br;

²Graduada em Engenharia de Alimentos (FURG), mestranda do programa de pós - graduação em Engenharia de Alimentos (FURG);

³ Graduada em Pedagogia Licenciatura (FURG);

⁴ Graduada em História Licenciatura (FURG), mestre em Educação Ambiental (FURG);

⁵Graduado em Administração (FURG)

⁶ Professor de Direito do Trabalho (FURG), doutor em Direito (UFPR);

⁷ Acadêmica do curso de Pedagogia Licenciatura (FURG);

⁸ Acadêmica do curso de Administração (FURG);

⁹ Acadêmica do curso de Direito (FURG);

¹⁰ Acadêmico do curso de Administração (FURG).



gênese deste projeto deu-se no ano de 2007 sobre a coordenação do CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, enquanto no ano de 2008 a coordenação do projeto ficou a cargo da Cooperativa dos Pescadores Profissionais Artesanais Lagoa Viva LTDA, com sede no município de Pelotas. A terceira edição foi executada pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que vem despontando com ações de extensão voltadas para a realidade social das comunidades que circundam o município do Rio Grande.

Uma destas iniciativas se define em envolver a pesca, abarcando o estuário da lagoa dos patos, Mirim e a Mangueira. Tal ação é realizada pelo NUDESE, que apoia diversos grupos associativos com o foco na geração de trabalho e renda. Desta forma, o projeto “Rede de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do RS”, buscou dar continuidade às estratégias realizadas no ano de 2009, as quais tiveram como foco o fomento dos empreendimentos existentes, possibilitando a efetiva conexão dos empreendimentos que a constituem, bem como o fortalecimento do protagonismo popular dos pescadores e pescadoras e do setor pesqueiro da referida região a que fazem parte. A partir disso, Cunha (1989) nos diz que:

“o saber pescar é algo que se produz e se acumula culturalmente no exercício da profissão e se recria, continuamente, a partir do domínio e dos imperativos colocados pela especificidade do ambiente marinho, que se apresenta como cíclico, móvel e imprevisível, ou seja, a apropriação do mar e de seus recursos implica a detenção de todo um código do saber-fazer que se constrói e se ritualiza no mar, através da tradição, aprendizagem, experiência e intuição. Isso quer dizer que a apropriação desse espaço é, simultaneamente, um ato produtivo e cultural” (CUNHA,1989, p,23).

Portanto, a partir destas vivências e experiências resultantes das discussões das reuniões gerais possibilitadas pelo projeto, no final da edição de 2009, vêm sendo construído um novo caminho sugerido pelos grupos partícipes que contemplam esta proposta, do qual buscam cada vez mais efetivar a rede solidária da pesca artesanal. Foi a partir dos diálogos em rede realizados no ano citado, que se evidenciou a importância da organização local dos pescadores e pescadoras artesanais, a fim de demonstrar as limitações e potencialidades de cada grupo, para serem debatidas em âmbito regional. Diante disso, surge a metodologia que norteia este processo de constituição da rede de comercialização dos 18 grupos desta região. Freire (1980) nos aponta que, pensar em metodologias significa repensar as ações realizadas por um determinado espaço e pessoas, ou reafirmar aquelas atividades que estão dando certo de forma a produzir cada vez mais, novos conhecimentos e neste caso possibilitando outras propostas metodológicas, que

nesta situação partiu da própria realidade dos sujeitos da pesca artesanal. Reinventando e revendo, sendo que o conhecimento novo é gerado na reflexão de um conhecimento anterior.

Do percurso metodológico:

A essência deste trabalho orientado pelos princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária é fomentar a mobilização social dos pescadores e pescadoras artesanais a partir dos encontros realizados e ainda promover a auto-organização destes trabalhadores e trabalhadoras, pois a metodologia deste trabalho foi construída em cima das reivindicações dos próprios pescadores e pescadoras, enquanto protagonistas populares deste processo. As etapas metodológicas foram organizadas em três momentos, tais como:

No primeiro momento foram realizadas visitas aos municípios objetivando reunir-se com os grupos a fim de retomar a relação com estes coletivos, devido ter ficado descontínuo o trabalho, visto que a última atividade foi em dezembro de 2009, sendo retornado apenas em 2011.

No segundo momento foram realizadas as reuniões setoriais em cada município com os coletivos, do qual foi trabalhado um roteiro, que identifica suas demandas, limitações e potencialidades;

E no terceiro momento foi realizada a primeira reunião regional geral que envolveu todos os municípios elencados acima e os 19 grupos, do qual, através de um representante de cada município, foram apresentados os resultados elencados nas setoriais e foram ainda problematizados no grande grupo quais são as situações-limite¹¹, os entraves e as possíveis alternativas para que se constitua o comércio justo e solidário da pesca artesanal, na região Sul do Rio Grande do Sul e ainda a construção de um documento pontuando e encaminhando, decisões e novas movimentações dos pescadores e pescadora artesanais.

Resultados e Discussões das Reuniões com os Empreendimentos nos municípios visitados:

A partir deste processo metodológico iremos trazer aqui, algumas questões que sulcaram¹² os roteiros realizados nos primeiros momentos deste método. As visitas se definiram com objetivo de aproximação e apresentação da proposta do projeto, do qual foi

¹¹ As situações-limite são constituídas por contradições que envolve os sujeitos. Por isto a Educação Popular auxilia no desvelamento de tais situações, criticando, problematizando tais situações.

¹² O termo “sulcar”, “sulcarem”, passou a ser usado de modo explícito para Paulo Freire no livro “Pedagogia da Esperança” fazendo um contraponto ao termo “nortear”, cujo significado é a dependência do Sul em relação ao Norte, o termo sulcar significa o processo de autonomização desde o Sul, pelos protagonistas colonizados, pela luta da emancipação.

apresentado em sua íntegra. O sortilégio destes encontros foi também conhecer a adversidade ambiental, cultural, e social destas localidades, diante disso, não podemos deixar de trazer ao leitor deste artigo alguns momentos notáveis deste trabalho, como a travessia para São José do Norte, do qual, podemos perceber o amanhecer e o entardecer do sol tocando as águas da lagoa e a brisa no rosto de cada pessoa que realiza esta travessia; na estrada para Santa Vitória do Palmar não tem como deixar de ver a biodiversidade da reserva ecológica do Taim.

Durante as visitas setoriais foi possível conhecer com maior profundidade, através da aplicação do roteiro, a diversidade que envolve a pesca artesanal na região sul do Rio Grande do Sul. Embora cada empreendimento, cada município em particular tenha suas especificidades e singularidades é preciso pensar a pesca artesanal no contexto geral, no qual a mesma está inserida globalmente. Para assim construir/fomentar estratégias adequadas aos empreendimentos de pescadores e pescadoras artesanais da região Sul do RS. Os grupos visitados, se “aproximam” e se “afastam” por inúmeros fatores, desde as diferenças estruturais, a distância territorial, a identidade local, quanto as diferentes compreensões a cerca do conceito do trabalho cooperativo. Porém encontramos inúmeras semelhanças, no que diz respeito à formação e **manutenção do grupo de trabalho**, as dificuldades na **organização financeira** dos empreendimentos, organização dos **documentos do pescador**, e uma das grandes situações limites da maioria dos empreendimentos a **comercialização de pescado**. E foi a partir destas possíveis limitações apontadas pelos grupos, que fomentamos e construímos juntamente com os pescadores alguns “elos” de forma a encaminhar e organizar os empreendimentos para articularem-se em redes.

Um momento dentre as visitas aos municípios que nos chamou bastante atenção, no que diz respeito a participação e comprometimento foi, a experiência da Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel - COOPESI, do qual, na concepção deles necessitam do apoio dos parceiros na parte da gestão da cooperativa, no entanto, no relato de sua trajetória histórica, percebemos de forma implícita a articulação, a organização e o planejamento deste grupo enquanto cooperados. Essas são algumas das vivências proporcionadas pelas idas e vindas, nos diversos grupos que compõem a dinâmica deste trabalho, que experienciam a acadêmicos, consultores e coordenador do projeto. A partir disso compreendemos o quanto de significativo envolve estas relações que se definem numa mobilização social da pesca artesanal, contribuindo no aprendizado dos envolvidos através da relação cultural, social e ambiental. Diante disso, sabemos que os movimentos sociais

possuem formas de organizarem-se e planejarem suas atuações efetivas em busca de suas demandas e mobilização social. Uma das principais frentes destes movimentos é a educação não-formal, que se voltava para o aprendizado vivenciado por esses próprios atores sociais que não se restringi ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (GOHN,1994).

Conclusão:

A Metodologia proposta pela “Rede de Comercialização Solidária” dos pescadores artesanais traz aos leitores deste artigo um importante mecanismo de aprendizado, no qual, nos demonstra o conhecimento possibilitado através da realidade objetiva, destes protagonistas populares, evidenciando que a Educação esta em todos os espaços possibilitando transformações. Segundo Loureiro (2004):

“ação transformadora da educação possui limites, ou seja, não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã e participativa, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida (família, trabalho, instituições públicas, modo de produção, interações ecossistêmicas etc.), vendo a educação como um processo global, para além do ensino formal” (Loureiro, 2004, p. 97).

Portanto, percebemos que a proposta deste projeto, fomentado pela Universidade e executado pelo NUDESE, vem contribuindo de forma efetiva na construção da “Rede Solidária” entre os 19 grupos de pescadores artesanais desta região, porque busca conhecer e apropriar-se da realidade da pesca artesanal, envolvendo-se a partir da compreensão e vivencia dos próprios pescadores, juntamente com os saberes desenvolvidos na universidade, para que assim nesta rede sejam entrelaçadas possíveis e viáveis alternativas aos pescadores e pescadoras artesanais, na região Sul do Rio grande do Sul.

Referências Bibliográfias:

CUNHA, Lúcia. H. de O. **Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca Artesanal: In: Diegues, Antônio Carlos S. (org.). Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade. Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3 – coletânea de trabalhos apresentados.** São Paulo, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOHN, Maria. G. da. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajectoria e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

STRECK. E. Redin, ZITKOSKI, J. Jaime. **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Editora, 2008.

